



## FINANCIAMENTO CLIMÁTICO GLOBAL SUPERA US\$ 2 TRILHÕES PELA 1ª VEZ, MAS SEGUE ABAIXO DO NECESSÁRIO

O fluxo global de financiamento climático superou US\$ 2 trilhões (R\$ 10,2 trilhões) pela primeira vez em 2024 e deve alcançar US\$ 2,1 trilhões (R\$ 10,7 trilhões) em 2025, diz relatório da Iniciativa de Política Climática (CPI, na sigla em inglês) divulgado nesta segunda-feira (22). Porém, o montante ainda é insuficiente para atender às necessidades dos países menos desenvolvidos.

O documento identifica uma desaceleração nos investimentos na área: depois de registrar crescimento anual de 30% em 2021, a estimativa é de que o aumento seja de apenas 2% em 2025.

A organização afirma que isso pode ser explicado por

custos tecnológicos menores e o amadurecimento dos mercados, mas argumenta que será necessário manter uma expansão sustentada de dois dígitos para atingir as metas climáticas.

A mitigação, que envolve o corte das emissões de gases do efeito estufa e inclui, por exemplo, a troca de combustíveis fósseis por fontes renováveis, recebeu US\$ 1,9 trilhão (R\$ 9,7 trilhões) em 2024.

Desse total, US\$ 952 bilhões (R\$ 4,8 trilhões) foram para a área de energia, US\$ 492 bilhões (R\$ 2,5 trilhões) para transportes e US\$ 359 bilhões (R\$ 1,8 trilhão) para edificações e infraestrutura. Os aportes no setor de agricultura, florestas e outros usos da

terra somaram apenas US\$ 8 bilhões (R\$ 41 bilhões), montante que precisaria crescer em 153 vezes para alcançar o patamar anual necessário de 2025 a 2030.

"Nesse ritmo, os fluxos não alcançarão nem mesmo as menores necessidades de mitigação estimadas até meados da década de 2030, agravando os riscos relacionados ao clima e afastando ainda mais os investimentos da trajetória necessária", afirma o relatório.

A organização calcula que será necessário atingir a média anual de US\$ 7,8 trilhões (R\$ 40 trilhões) em recursos para mitigação até o final desta década e chegar a US\$ 9 trilhões (R\$ 46,2 trilhões) anuais de 2031 a 2035.

Folhapress



## DESTAQUES DO DIA



**Programa de incentivo à indústria receberá mais R\$ 140 bilhões em 2026**

**Lula chama governador interino do RJ de interventor, e os dois trocam elogios**

**Jaques Wagner resiste a se afastar da liderança do governo, mas Lula deve recomendar saída**

**Brasil e México recebem aprovação para investimento de US\$ 500 mi para descarbonização industrial**



**Preço do feijão segue em movimento de alta gradual, diz Cepea**



## NO MUNDO

## Irã permitirá inspeção nuclear, diz vice-presidente dos EUA sobre acordo

O vice-presidente dos EUA, J. D. Vance, afirmou nesta segunda-feira (22), na Suíça, que houve avanços nas negociações com o Irã e que o país concordou em permitir a entrada de inspetores nucleares da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), ligada às Nações Unidas. As conversas sobre as inspeções podem começar, segundo ele, já nesta semana.

"Os iranianos concordaram em convidar os inspetores da AIEA a retornarem ao país", disse Vance a repórteres no resort suíço de Burgenstock, após uma primeira rodada de negociações entre os EUA e o Irã com o objetivo de pôr fim à guerra no Oriente Médio.

Vance afirmou, também, que esse "é um marco importante para o povo americano e o primeiro passo para a desnuclearização permanente ou o fim definitivo do programa de armas nucleares no Irã". Nesta segunda, o Departamento do



Tesouro dos EUA anunciou a suspensão das sanções ao petróleo iraniano. O órgão emitiu uma licença geral para o Irã, autorizando a produção, o fornecimento e a venda de petróleo bruto e de produtos petroquímicos e petrolíferos de origem iraniana até 21 de agosto.

A primeira rodada de negociações terminou nesta segunda, noite de domingo (21) no Brasil, disseram Qatar e Paquistão, que atuaram como mediadores. No domingo, o encontro teve momentos de tensão, inclu-

sive com o Irã se retirando da mesa após ameaças do presidente Donald Trump publicadas em rede social.

Porta-voz do Ministério das Relações Exteriores do Irã, Esmail Baqaei afirmou à agência oficial iraniana Irna que os dois países apenas apresentaram suas posições a respeito da questão nuclear, mas que não se tratou de uma negociação. Segundo ele, a discussão só será destravada quando certas previsões do acordo forem implementadas.

Folhapress

## Keir Starmer anuncia renúncia no Reino Unido

Keir Starmer anunciou nesta segunda-feira (22), em Londres, que deixará de ser primeiro-ministro do Reino Unido. Em um breve pronunciamento em frente ao número 10 de Downing Street, a sede do governo, Starmer afirmou ter apresentado sua renúncia ao rei Charles 3º nesta manhã.

Seu provável sucessor, Andy Burnham, ex-prefeito de Manchester, também nesta segunda foi empossado como membro do Parlamento, condição política para se tornar candidato à premiê dentro do Partido Trabalhista. Visivelmente emocionado em seu discurso, Starmer declarou que dará "apoio pleno e inequívoco" a seu sucessor.

"A questão que meu partido está levantando agora é se sou a pessoa mais indicada para nos liderar nas próximas eleições gerais", disse o premiê. "Ouvei a resposta do meu grupo parlamentar

a essa questão e a aceito de bom grado", completou Starmer, em tom digno, bem diferente do adotado por Boris Johnson, em julho de 2022.

Em situação semelhante, pressionado a renunciar pelo próprio partido, o conservador deixou o cargo atirando -chegou a chamar sua então maioria no Parlamento de "manada".

Se não tiver adversários dentro do Partido Trabalhista, Burnham poderia tomar posse em julho. No caso de eleições internas, Starmer afirmou que solicitará à direção da sigla o registro de candidaturas até 9 de julho. "Isso garantirá a posse de um novo líder antes da volta do Parlamento [do recesso] em setembro", declarou Starmer.

Ex-secretário de Saúde de Starmer, Wes Streeting é uma das poucas vozes dentro do partido a defender o pleito interno.

Folhapress

## Explosão em usina de gás no Qatar deixa 54 feridos e 18 desaparecidos



Uma explosão no complexo de gás de Ras Laffan, no Qatar, deixou 54 feridos e 18 desaparecidos neste domingo (21).

O acidente ocorreu na usina de Barzan durante o reinício das operações no complexo. Os trabalhadores reativavam a unidade após ela passar por reparos devido a um ataque sofrido em março. As autoridades do Qatar classificaram a explosão como um acidente técnico. O Ministério do Interior do país confirmou que equipes de resgate buscam pelos 18 desaparecidos e que o fogo já foi controlado.

O impacto da explosão foi sentido a mais de 70

quilômetros de distância. Moradores de Doha, capital do país, relataram pânico após janelas tremerem com o estrondo vindo da área industrial.

A estatal QatarEnergy ainda avalia os danos na estrutura da usina. A empresa não informou se o fornecimento de GNL (Gás Natural Liquefeito) para as indústrias locais e para a geração de energia foi afetado.

O complexo de Ras Laffan é a principal unidade de exportação de gás do Qatar. A instalação tem capacidade de produzir 77 milhões de toneladas de GNL por ano e também fabrica derivados como etano e enxofre.

O país sofre ataques

frequentes de mísseis e drones do Irã. Em março, um bombardeio reduziu a exportação em 17%, e a recuperação total deve demorar de três a cinco anos.

O bloqueio de rotas marítimas prejudica o escoamento da produção de gás. O fechamento do Estreito de Hormuz, única via de saída na região, chegou a reter cerca de 20% do fornecimento global de GNL.

A crise militar anterior forçou a QatarEnergy a retirar milhares de funcionários de suas bases. Cerca de 10 mil trabalhadores foram evacuados de plataformas marítimas e fábricas em terra durante os ataques de março.

Folhapress

DATA  
MERCANTIL

São Paulo

● JORNAL DATA MERCANTIL LTDA.  
CNPJ nº 35.960.818/0001-30  
Rua XV de novembro, 200  
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000

● Tel.: 11 3361-8833  
E-mail: comercial@datamercantil.com.br

● EDITORIAL: Daniela Camargo  
● COMERCIAL: Tiago Albuquerque  
● Serviço Informativo: FolhaPress, Agência Brasil, Senado, Câmara, Istoé-Dinheiro, Notícias Agrícolas.

----  
Rodagem:  
Diária

Fazemos parte  
da



## ECONOMIA

### Programa de incentivo à indústria receberá mais R\$ 140 bilhões em 2026



A Nova Indústria Brasil (NIB), política do governo federal de incentivo à indústria nacional, vai receber o aporte de mais R\$ 140 bilhões até o fim deste ano. Com o incremento, o programa de apoio do banco à industrialização chegará a R\$ 750 bilhões de investimentos desde 2023.

Do novo conjunto de recursos, R\$ 102,5 bilhões sairão dos cofres do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, banco público vinculado ao governo federal voltado ao fomento de setores estratégicos da economia.

A Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), agência de fomento à inovação, ligada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), contri-

buirá com R\$ 37,5 bilhões. O anúncio do aporte de recursos para o programa foi feito nesta segunda-feira (22), durante cerimônia pelo aniversário de 74 anos do BNDES, na sede da instituição, no Rio de Janeiro.

O evento contou com a participação dos presidentes da República, Luís Inácio Lula da Silva; do BNDES, Aloizio Mercadante; do vice-presidente, Geraldo Alckmin e de ministros.

Sectores escolhidos

Os recursos serão destinados às áreas de fertilizantes, máquinas agrícolas, insumos farmacêuticos ativos (IFAs), biofármacos, terapias avançadas, mobilidade sustentável, inteligência artificial, audiovisual, minerais críticos e tecnologias duais (aplicações civis e militares).

Ao se referir ao governo do presidente Lula, Aloizio Mercadante destacou o papel do banco na recuperação da indústria brasileira.

"A indústria teve um saldo extraordinário, nós interrompemos aquela desindustrialização prematura, estamos renovando, relançando a indústria, que é o carro-chefe, voltou a ser o principal setor de financiamento do BNDES. Não era assim, agora é", declarou.

O ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Márcio Elias Rosa, apontou que, embora o BNDES tenha aportado os recursos da NIB, o setor privado acompanhou o investimento.

Segundo ele, o BNDES atua como um catalisador de investimentos privados.

Buno Moura/ABR

### Brasil e México recebem aprovação para investimento de US\$ 500 mi para descarbonização industrial



A iniciativa global CIF (sigla em inglês para Fundos de Investimento Climático) aprovou um investimento de US\$ 500 milhões (R\$ 2,5 bi) para descarbonização industrial no Brasil e no México. Cada país receberá US\$ 250 milhões (R\$ 1,2 bi) em financiamento catalítico do CIF, desbloqueando mais de US\$ 5 bilhões em cofinanciamento combinado de bancos multilaterais de desenvolvimento e do setor privado.

Brasil e México foram os primeiros dos sete países selecionados para o programa de descarbonização do CIF a receberem aprovação para seus planos de investimentos. Atualmente, a indústria responde por 11% das emissões de gases de

### Consulta ao 2º lote de restituição do IR será aberta nesta terça

A consulta ao segundo lote de restituição do Imposto de Renda 2026 será aberta pela Receita Federal nesta terça-feira (23), às 10h. Assim como no primeiro, considerado um superlote, o fisco vai pagar valor recorde de R\$ 16 bilhões a cerca de 9,5 milhões de contribuintes. O dinheiro será depositado no dia 30.

O contribuinte pode conferir se entrou no lote no site da Receita. É preciso informar nome, CPF e data de nascimento. Também é possível fazer a consulta no Meu Imposto de Renda, no site ou aplicativo do fisco para celular e tablet, e pelo eCAC (Centro de Atendimento Virtual).

Receberá neste lote os contribuintes que fazem parte de alguma prioridade legal prevista em lei, como idosos a partir dos 80 anos, pessoas a partir dos 60 anos, entre outros. A expectativa é quitar todas as prioridades legais, liberar mais restituições para quem

usou declaração pré-preenchida do IR e/ou escolheu receber a restituição via Pix. Contribuintes sem prioridade de legal ficaram fora do lote.

O pagamento da restituição do Imposto de Renda segue uma ordem definida por legislação própria e por normativas da Receita Federal. Em caso de empate, o critério de desempate será a data e o horário do envio da declaração. Quem entregou mais cedo terá vantagem. Veja a ordem de prioridade:

1 - Idoso com 80 anos ou mais

2 - Idoso com 60 anos ou mais, e pessoa com deficiência e com doença grave

3 - Contribuintes cuja maior fonte de renda é o magistério

4 - Contribuintes que usaram a declaração pré-preenchida e optaram por receber a restituição por Pix

5 - Contribuintes que usaram a declaração pré-preenchida ou optaram por receber a restituição por Pix

6 - Demais contribuintes

Folhapress



efeito estufa do Brasil e 18% das do México. Segundo o CIF, os planos devem evitar quase 2 milhões de toneladas de dióxido de carbono equivalente por ano, além de promover empregos verdes e transições justas.

No Brasil, o plano de investimento se baseia na BIP (Plataforma de Investimentos para Transformação Climática e Ecológica do Brasil) e deve catalisar mais de US\$ 3 bilhões (R\$ 15,4 bi) em cofinanciamento, incluindo US\$ 1,36 bilhão (R\$ 7 bi) do setor privado, uma proporção geral de cofinanciamento superior a 1:12. O plano foca em siderurgia, cimento e produtos químicos e fertilizantes. Os investimentos serão destinados a processos de baixas emissões, projetos de efici-

ência energética e desenvolvimento de clusters industriais. No México, o plano mira quatro subsectores de difícil descarbonização (siderurgia, alumínio, cimento e produtos químicos).

"A elaboração deste plano foi um esforço estratégico para conectar nossas ambições climáticas com as realidades do setor produtivo. [...] Acreditamos que a mobilização de recursos por meio de financiamento misto é fundamental para mitigar riscos e destravar o capital privado necessário para impulsionar a inovação em setores intensivos em carbono", disse o ministro da economia, Dario Durigan, ao agradecer a aprovação do CIF ao plano brasileiro.

Folhapress

## POLÍTICA

## Lula chama governador interino do RJ de interventor, e os dois trocam elogios



O presidente Lula chamou o governador interino do Rio de Janeiro, Ricardo Couto, de "interventor", ao se referir a ele durante cerimônia de assinatura do termo de adesão do estado ao Propag (Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados), na manhã desta segunda-feira (22).

O termo vai ao encontro das críticas de integrantes do PL à permanência de Couto no cargo. Aliados do atual presidente da Alerj (Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro), Douglas Ruas, têm classificado a permanência do magistrado no Executivo como uma espécie de intervenção no Rio de Janeiro pelo STF, responsável pela sua manutenção no governo.

A avaliação, compartilhada em reserva até por aliados de Eduardo Paes (PSD), se deve ao fato de a decisão subverter a linha sucessória do estado. Ruas teve dois pedidos negados pelo STF para assumir o posto desde sua escolha como chefe de Alerj, em abril.

Na cerimônia desta segunda, Lula e Couto também trocaram elogios.

"Tudo o que eu desejo é que, ao cumprir sua tarefa de interventor do Rio de Janeiro, o povo saiba que não pode eleger ninguém que não faça aquilo que você está fazendo: cuidar do povo do Rio de Janeiro. Portanto, parabéns, governador. Que Deus lhe dê toda a sorte do mundo e que você possa se transformar no governador que fez as correções neces-

sárias para que o governo dê certo", disse o petista, que estava rouco e fez um discurso breve.

Lula tem feito acenos a Couto. Em um evento no fim de maio, pediu uma salva de palmas para o governador interino e afirmou que "esse homem vai ajudar a consertar o Rio de Janeiro".

Antes, na cerimônia desta segunda, Couto disse que o governo federal tinha "um grande time" e agradeceu ao presidente pelo Propag.

O desembargador, que é presidente do Tribunal de Justiça, assumiu o governo em março após a renúncia de Cláudio Castro (PL), na véspera do julgamento em que o ex-governador foi declarado inelegível pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral). Folhapress

## Jaques Wagner resiste a se afastar da liderança do governo, mas Lula deve recomendar saída



Apesar da articulação deflagrada para convencê-lo a se afastar da função, o líder do governo no Senado, Jaques Wagner, tem reiterado a aliados que não pretende se licenciar imediatamente do cargo, exceto se houver um pedido do presidente Lula. Uma conversa entre os dois é esperada para quarta-feira (24), quando o senador deverá retornar a Brasília. A expectativa é que Lula peça para Wagner entregar o cargo, caso o líder do governo não tome essa iniciativa antes do encontro.

Mesmo que inclinados a favor do afastamento do amigo, aliados de Wagner têm sugerido um acordo pelo qual ele só entregue a liderança após uma visita de Lula à Bahia, progra-

mada para 2 de julho, e sob a justificativa de que o senador precisa se dedicar à campanha no estado.

Após Wagner ser alvo de operação da PF em investigação do caso do Banco Master, a avaliação dentro do governo foi de que seria necessário blindar o presidente e estancar logo essa discussão, que interrompeu uma sucessão de notícias positivas para Lula.

Emissários da gestão petista tentam convencer Wagner de que a permanência na liderança é o que mantém sobre ele os holofotes, o que dificultaria até mesmo sua defesa.

Uma ala do governo já defendia a troca de Wagner após falhas na articulação, como na derrota da indicação de Jorge Messias ao STF.

## Zema diz que exigirá estudo só de homem no Bolsa Família porque mulher 'tem outras atribuições em casa'

O presidente Lula chamou o governador interino do Rio de Janeiro, Ricardo Couto, de "interventor", ao se referir a ele durante cerimônia de assinatura do termo de adesão do estado ao Propag (Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados), na manhã desta segunda-feira (22).

ma administrativa e a revisão de programas sociais. "Muitos aqui devem estar enfrentando dificuldade para contratar mão de obra. [...] Estamos criando uma geração de imprestáveis", afirmou, recebendo aplausos com a expressão já utilizada por ele em outros momentos da pré-campanha.

"Quero que esses jovens, aqueles que não concluíram ensino fundamental, que concluem. Hoje não tem essa exigência. [...] Quero colocar essas exigências para os homens. Mulher, mais uma vez, eu falei é diferente", completou.

Uma pesquisa da FGV (divulgada em dezembro passado aponta que 68,8% dos beneficiários do Bolsa Família que tinham entre 11 e 14 anos em dezembro de 2014, e 71,25% dos que tinham entre 15 e 17 anos, deixaram o programa até outubro de 2025. Neste ano, o FMI apontou que o Bolsa Família não tem reduzido sistematicamente a participação de mulheres na força de trabalho. Folhapress

ma administrativa e a revisão de programas sociais. "Muitos aqui devem estar enfrentando dificuldade para contratar mão de obra. [...] Estamos criando uma geração de imprestáveis", afirmou, recebendo aplausos com a expressão já utilizada por ele em outros momentos da pré-campanha.

"Quero que esses jovens, aqueles que não concluíram ensino fundamental, que concluem. Hoje não tem essa exigência. [...] Quero colocar essas exigências para os homens. Mulher, mais uma vez, eu falei é diferente", completou.

Uma pesquisa da FGV (divulgada em dezembro passado aponta que 68,8% dos beneficiários do Bolsa Família que tinham entre 11 e 14 anos em dezembro de 2014, e 71,25% dos que tinham entre 15 e 17 anos, deixaram o programa até outubro de 2025. Neste ano, o FMI apontou que o Bolsa Família não tem reduzido sistematicamente a participação de mulheres na força de trabalho. Folhapress

Ele também ficou com má relação com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre.

Dessa forma, aliados já defendiam que ele alegasse necessidade de focar a campanha para deixar a liderança.

Ainda segundo relatos, Lula gosta de Wagner e não quer passar a impressão de que não confia nele, mas ficou contrariado com o fato de o senador ter falado em seu nome durante entrevista na semana passada. Essas declarações levaram o problema do senador para dentro do Palácio do Planalto.

Wagner, por sua vez, tem insistido no argumento de que sua fragilização pode prejudicar a campanha do presidente na Bahia, estado fundamental para sua eleição em 2022. Folhapress



## AGRONEGÓCIO

### Governo acelera negociações para concluir Plano Safra 2026/27



O governo federal começa a entrar na fase final de ajustes para fechar os números do Plano Safra 2026/27. Após semanas de negociações entre ministérios e área econômica, a expectativa é que os valores e as principais diretrizes da próxima temporada de crédito rural sejam definidos nos próximos dias. Segundo fontes envolvidas nas discussões, os números estão convergindo para uma versão final do programa, que deve ser consolidada ainda nesta semana.

As conversas envolvem o volume de recursos, a equalização de juros e os instrumentos que serão utilizados para financiar o setor.

O Mapa também pediu que chegasse em um dígito

os juros cobrados nas linhas de custeio — o que não deve ocorrer, mas deve diminuir ao menos dois pontos percentuais nos juros cobrados no ciclo passado, que foi de 14%.

O desenho final do plano ainda depende da conclusão das tratativas entre as equipes técnicas e da avaliação do espaço fiscal disponível que segue pressionado pelos objetivos fiscais fixados no arcabouço, no qual prevê um superávit nas contas públicas de 0,25% em 2026 — em torno de R\$ 34 bilhões.

Para o ano que vem, o objetivo é um incremento de 0,5% no PIB, o que deixa o espaço fiscal ainda mais limitado.

Os técnicos envolvidos na elaboração do Plano lembram ainda que, no segundo

relatório bimestral deste ano, o governo oficializou um bloqueio que, somado ao anterior, chegou a R\$ 23 bilhões. O corte atingiu todos os ministérios e na Agricultura a decisão foi congelar mais da metade do PSR (Programa de Subvenção ao Seguro Rural), o que gerou intensa reação dos setores e no Congresso Nacional.

Apesar do avanço das negociações, temas como o endividamento dos produtores e o seguro rural seguem sendo discutidos separadamente e não fazem parte do núcleo central das definições do programa neste momento.

A expectativa do governo é concluir os ajustes nos próximos dias para viabilizar o anúncio do Plano Safra 2026/27 até dia 1º de julho.

CNN

### 3tentos investe R\$ 17,6 milhões em abertura de oito lojas no Centro-Sul



A 3tentos investiu cerca de R\$ 17,6 milhões na abertura de oito lojas em Goiás, Pará, Tocantins e Minas Gerais, ampliando sua presença em regiões consideradas estratégicas para o avanço da agricultura brasileira. O investimento médio por unidade foi de R\$ 2,2 milhões.

O aporte é para manter estrutura integrada de centro comercial, área administrativa e centro de distribuição de insumos agrícolas, de acordo com a gigante de insumos e grãos.

A empresa informou que novas inaugurações estão previstas para o segundo semestre. A expansão faz parte da estratégia da companhia de replicar em novas

### Preço do feijão segue em movimento de alta gradual, diz Cepea

Alta nas cotações do feijão nas regiões produtoras, puxada pela redução na área cultivada e pelas adversidades climáticas que prejudicaram a primeira e a segunda safra, segue aumentando os preços de forma gradual para os consumidores.

Segundo levantamento do Cepea (Centro de Pesquisa em Economia Aplicada), as negociações seguem sustentadas por conta da demanda por grãos de melhor padrão de qualidade.

Por outro lado, o Centro de Pesquisa aponta que atacadistas e varejistas preferem manter uma postura mais cautelosa nas aquisições dos grãos junto às agroindús-

trias processadoras.

Nos cinco primeiros meses do ano, os preços do feijão carioca ao produtor aumentaram entre 85% e 90% nos polos produtivos analisados pelo Cepea, enquanto para o feijão preto essa alta é de 51,7% em média.

Esse aumento nos custos reflete nas cotações para o consumidor final. Segundo dados do IPCA/IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), no varejo esse aumento em maio foi de 6,44% para o feijão carioca e 2,07% para o feijão preto.

No acumulado de 2026, as altas são de 41,09% e 13,69%, respectivamente, refletindo a alta nos preços para os produtores.

CNN



regiões produtoras o modelo de negócios desenvolvido no Rio Grande do Sul, sede da companhia, e, mais recentemente, consolidado no Mato Grosso.

As novas unidades já estão em operação em Rio Verde, Goiatuba e Jataí, em Goiás; Santana do Araguaia e Redenção, no Pará; Palmas, no Tocantins; e Uberlândia e Uberaba, em Minas Gerais.

Com as inaugurações, a companhia passa a contar com 81 lojas no país, distribuídas entre Rio Grande do Sul (59 unidades), Mato Grosso (14), Goiás (3), Pará (2), Minas Gerais (2) e Tocantins (1).

As unidades oferecem assistência técnica aos produtores rurais, comercialização de sementes,

fertilizantes e defensivos agrícolas, além da origemação de grãos.

“Mais do que abrir novas lojas, estamos levando para essas regiões um ecossistema completo de soluções para o produtor rural, com proximidade, assistência técnica qualificada e relacionamento de longo prazo”, afirmou o diretor-presidente da 3tentos, João Marcelo Dumoncel, em nota.

De acordo com a companhia, a primeira etapa da expansão demandou a contratação de 107 funcionários, entre equipes administrativas, gerentes, profissionais de atendimento e força comercial. Cada unidade opera, em média, com cinco consultores comerciais.

CNN

## PUBLICIDADE LEGAL

## DM Participações S.A.

CNPJ/ME nº 45.586.447/0001-22,

**Edital de 1ª (primeira) Convocação da Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático, da DM Participações S.A.**

Ficam convocados os senhores titulares das debêntures em circulação ("Debenturistas") da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública sob o Rito de Registro Automático de Distribuição, da DM Participações S.A. ("Emissão", "Debentures" e "Emissora", respectivamente), emitidas nos termos do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública sob o Rito de Registro Automático de Distribuição, da DM Participações S.A.", originalmente celebrado em 03 de abril de 2024, entre a Emissora e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Agente Fiduciário") (conforme aditado de tempos em tempos, "Escritura de Emissão") para se reunirem, em primeira convocação, no dia **03 de julho de 2026 às 15:00 horas** em Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD"), a ser realizada de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma "Microsoft Teams" ("Plataforma Digital"), nos termos do artigo 71 da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81"), para analisar e deliberar sobre as seguintes **Ordens do Dia: a)** Concessão de waiver e, consequentemente, a não declaração de Vencimento Antecipado das Debêntures, nos termos da Escritura de Emissão, em razão do não cumprimento tempestivo da obrigação de disponibilização das Demonstrações Financeiras Consolidadas Auditadas da Emissora relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, cujo prazo era 31 de março de 2026, considerando que a referida obrigação já foi posteriormente cumprida com a efetiva disponibilização em 21.04.2026, permanecendo válidas e eficazes todas as demais cláusulas, condições e obrigações previstas na Escritura de Emissão e nos demais documentos da Emissão; **b)** Concessão de waiver e, consequentemente, a não declaração de Evento de Vencimento Antecipado Não Automático das Debêntures, nos termos da Escritura de Emissão, em razão do não cumprimento tempestivo da obrigação de disponibilização das Demonstrações Financeiras Trimestrais Consolidadas Revisadas da Emissora referentes ao trimestre encerrado em 31 de março de 2026, cujo prazo era 15.05.2026, considerando que a referida obrigação foi posteriormente cumprida com a efetiva disponibilização em 22.06.2026, permanecendo válidas e eficazes todas as demais cláusulas, condições e obrigações previstas na Escritura de Emissão e nos demais Documentos da Operação; **c)** Concessão de anuência prévia e pontual para o não cumprimento do prazo previsto na Cláusula 9.1, inciso (i), alínea "b", da Escritura de Emissão, de modo a autorizar a Emissora a enviar as **Informações Financeiras Trimestrais Consolidadas Revisadas** referentes ao trimestre encerrado em 30 de junho de 2026 até o dia 20 de setembro de 2026, sem que tal postergação configure um Evento de Vencimento Não Automático das Debêntures, nos termos da Cláusula 7.1.2 da referida escritura; **d)** Autorizar à Emissora e ao Agente Fiduciário para prática de todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento das deliberações referentes às matérias indicadas nesta ordem do dia. **Informações Gerais:** O modelo de voto eletrônico contendo as possíveis opções de deliberação, encontra-se no **Anexo I** a este Edital de Convocação, de forma a viabilizar o exercício do direito de voto pelos Debenturistas. Nos termos da Cláusula 11.6 da Escritura de Emissão, a AGD instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação (conforme definido na Escritura de Emissão). Nos termos da Cláusula 11.12 da Escritura de Emissão, a aprovação da matéria constante do item (a) da ordem do dia dependerá da aprovação de 55% (cinquenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido na Escritura de Emissão) e dos itens (b), (c) e (d) de 55% (cinquenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação em primeira convocação ou segunda convocação. Os Debenturistas interessados em participar da AGD por meio da Plataforma Digital deverão solicitar o cadastro para o Departamento de Relações com Investidores da Emissora por meio do endereço eletrônico [ri@voicedm.com.br](mailto:ri@voicedm.com.br), com cópia para o Agente Fiduciário através do endereço eletrônico [af.assembleias@oliveiratrust.com.br](mailto:af.assembleias@oliveiratrust.com.br), imperepreivelmente, com antecedência de até 2 (dois) Dias Úteis antes da data designada para a realização da AGD, manifestando seu interesse em participar da AGD e solicitando o link de acesso ao sistema ("Cadastro"). A solicitação de Cadastro deverá (i) conter a identificação do Debenturista e, se for o caso, de seu representante legal/procurador que comparecerá à AGD, incluindo seus (a) nomes completos, (b) números do CPF ou CNPJ, conforme o caso, (c) telefone, (d) endereço de e-mail do solicitante; e (ii) ser acompanhada dos documentos necessários para participação na AGD, conforme detalhado abaixo. Nos termos do artigo 126 e 71 da Lei das Sociedades por Ações, para participar da AGD os Debenturistas deverão encaminhar à Emissora e ao Agente Fiduciário: **(i)** quando pessoa física: cópia do documento de identidade do Debenturista, representante legal ou procurador (Carteira de Identidade Registro Geral (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) ou, caso seja representado por procurador nos termos do item (ii) abaixo, declaração emitida por instituição financeira que ateste a autoria da outorga da procuração pelo Debenturista; e **(ii) caso o Debenturista seja representado por um procurador**, cópia da procuração assinada com poderes específicos para sua representação na AGD, observados os termos e condições estabelecidos neste Edital. O representante do Debenturista pessoa jurídica deverá apresentar, ainda, cópia dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente (Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou Junta Comercial competente, conforme o caso): **(a)** contrato ou estatuto social; e **(b)** ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à AGD como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente o Debenturista pessoa jurídica, sendo admitida a assinatura digital; e **(c)** se instituição financeira, declaração que ateste a autoria da outorga da procuração pelo Debenturista. Caso qualquer dos Debenturistas seja parte em operações compromissadas, além dos documentos listados acima, conforme aplicável, será necessário o envio (a) da tela CETIP; e (b) e-mail do Debenturista aos endereços abaixo. A indicação do ativo; e (b.2) a declaração, em texto corrido do e-mail, de que realizou a operação compromissada e que o Debenturista permanece com os direitos políticos do ativo. Com relação aos fundos de investimento, a representação destes na AGD caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar cópia do regulamento do fundo. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do art. 126, §1º da Lei das Sociedades por Ações e deve ser enviada em sua versão digital assinada de forma eletrônica, com ou sem certificado digital, ou cópia simples assinada fisicamente com o reconhecimento de firma ou abono bancário do signatário. A Emissora e o Agente Fiduciário dispensarão a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos Debenturistas para o escritório da Emissora, bastando o envio da versão digital ou da cópia simples das vias originais de tais documentos. Em cumprimento ao disposto no art. 654, §1º e §2º do Código Civil, a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos. As pessoas naturais Debenturistas da Emissora somente poderão ser representadas na AGD por procurador que seja acionista, administrador da Emissora, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no art. 126, §1º da Lei das Sociedades por Ações. As pessoas jurídicas Debenturistas da Emissora poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Emissora, acionista ou advogado (Processo CVM RJ2014/3578, julgado em 04 de novembro de 2014). Os Debenturistas que não realizarem o Cadastro e não enviarem os documentos na forma e prazo previstos acima não estarão aptos a participar da AGD via sistema eletrônico de votação a distância. Validada a sua condição e a regularidade dos documentos pela Emissora após o Cadastro, o Debenturista receberá, até 1 (um) dia antes da AGD, as instruções para acesso à Plataforma Digital. Caso determinado Debenturista não receba as instruções de acesso com até 1 (um) dia de antecedência do horário de início da AGD, deverá entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores, por meio do e-mail [ri@voicedm.com.br](mailto:ri@voicedm.com.br), com até 4 (quatro) horas de antecedência do horário de início da AGD, para que seja prestado o suporte necessário. Qualquer dúvida, os Debenturistas poderão contatar a Emissora diretamente pelo e-mail [ri@voicedm.com.br](mailto:ri@voicedm.com.br), ou com o Agente Fiduciário, através do e-mail [af.assembleias@oliveiratrust.com.br](mailto:af.assembleias@oliveiratrust.com.br). A administração da Emissora reitera aos Senhores Debenturistas que não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à AGD, uma vez que essa será realizada exclusivamente de modo digital. Na data da AGD, o link de acesso à Plataforma Digital estará disponível a partir de 30 (trinta) minutos de antecedência e até 10 (dez) minutos após o horário de início da AGD, sendo que o registro da presença somente se dará conforme instruções e nos horários aqui indicados. Após 10 (dez) minutos do início da AGD, não será possível o ingresso do Debenturista na AGD, independentemente da realização do cadastro prévio. Assim, a Emissora recomenda que os Debenturistas acessem a Plataforma Digital para participação da AGD com pelo menos 30 (trinta) minutos de antecedência do início da AGD a fim de evitar eventuais problemas operacionais e que os Debenturistas credenciados se familiarizem previamente com a Plataforma Digital para evitar problemas com a sua utilização no dia da AGD. A Emissora ressalta que será de responsabilidade exclusiva do Debenturista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização da Plataforma Digital e com o acesso à videoconferência. A Emissora não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital e outras situações que não estejam sob controle da Emissora (como, por exemplo, instabilidade na conexão do Debenturista com a internet ou a incompatibilidade do sistema eletrônico com o equipamento utilizado pelo Debenturista). Visando a segurança da AGD, o acesso ao sistema eletrônico será restrito aos Debenturistas da Emissora que se credenciarem no prazo aqui previsto. Por fim, a Emissora esclarece, caso sejam editadas normas legais ou regulamentares alterando as orientações acima até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da AGD, a Emissora poderá adotar os procedimentos previstos na referida autorização para que a AGD se adeque às novas normas legais ou regulamentares editadas, sendo que, neste caso, a Emissora publicará um novo Edital de Convocação com todas as novas instruções necessárias pelos mesmos meios de comunicação adotados para a publicação deste Edital, sem que tal fato implique a reabertura do prazo de convocação da AGD. Os documentos divulgados pelo Emissor, relacionados à AGD, incluindo a Escritura de Emissão bem como a com as instruções para envio de instrução de voto e mais detalhes, estarão disponíveis para consulta na sede do Emissor, no seu website ([www.voicedm.com.br](http://www.voicedm.com.br)) bem como nos websites da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>), da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)) e do Agente Fiduciário ([www.oliveiratrust.com.br](http://www.oliveiratrust.com.br)). Todos os termos aqui iniciados em letras maiúsculas e não expressamente aqui definidos terão os mesmos significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão. São José dos Campos, 22 de junho de 2026. (23, 24 e 25/06/2026)

## DM Participações S.A.

CNPJ/ME nº 45.586.447/0001-22,

**Edital de 2ª (segunda) Convocação da Assembleia Geral de Debenturistas da 2ª (segunda) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, para Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático, da DM Participações S.A.**

Ficam convocados os senhores titulares das debêntures em circulação ("Debenturistas") da 2ª (segunda) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, para Distribuição Pública sob o Rito de Registro Automático de Distribuição, da DM Participações S.A. ("Emissão", "Debentures" e "Emissora", respectivamente), emitidas nos termos do "Instrumento Particular de Escritura da 2ª (segunda) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, para Distribuição Pública sob o Rito de Registro Automático de Distribuição, da DM Participações S.A.", originalmente celebrado em 03 de abril de 2024, entre a Emissora e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Agente Fiduciário") (conforme aditado de tempos em tempos, "Escritura de Emissão") para se reunirem, em primeira convocação, no dia **03 de julho de 2026 às 17:00 horas** em Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD"), a ser realizada de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma "Microsoft Teams" ("Plataforma Digital"), nos termos do artigo 71 da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81"), para analisar e deliberar sobre as seguintes **Ordens do Dia: a)** Concessão de waiver e, consequentemente, a não declaração de Vencimento Antecipado das Debêntures, nos termos da Escritura de Emissão, em razão do não cumprimento tempestivo da obrigação de disponibilização das Demonstrações Financeiras Consolidadas Auditadas da Emissora relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, cujo prazo era 31 de março de 2026, considerando que a referida obrigação já foi posteriormente cumprida, com a efetiva disponibilização em 21.04.2026, permanecendo válidas e eficazes todas as demais cláusulas, condições e obrigações previstas na Escritura de Emissão e nos demais documentos da Emissão; **b)** Concessão de waiver e, consequentemente, a não declaração de Evento de Vencimento Antecipado Não Automático das Debêntures, nos termos da Escritura de Emissão, em razão do não cumprimento tempestivo da obrigação de disponibilização das Demonstrações Financeiras Trimestrais Consolidadas Revisadas da Emissora, referentes ao trimestre encerrado em 31 de março de 2026, cujo prazo seria até o dia 15 de maio de 2026, considerando que referida obrigação foi posteriormente cumprida, com a efetiva disponibilização em 22.06.2026, permanecendo válidas e eficazes todas as demais cláusulas, condições e obrigações previstas na Escritura de Emissão e nos demais Documentos da Operação; **c)** Concessão de anuência prévia e pontual para o não cumprimento do prazo previsto na Cláusula 9.1, inciso (i), alínea "b", da Escritura de Emissão, de modo a autorizar a Emissora a enviar as **Informações Financeiras Trimestrais Consolidadas Revisadas** referentes ao trimestre encerrado em 30 de junho de 2026 até o dia 20 de setembro de 2026, sem que tal postergação configure um Evento de Vencimento Não Automático das Debêntures, nos termos da Cláusula 7.1.2 da referida escritura; **d)** Autorizar à Emissora e ao Agente Fiduciário para prática de todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento das deliberações referentes às matérias indicadas nesta ordem do dia. **Informações Gerais:** O modelo de voto eletrônico contendo as possíveis opções de deliberação, encontra-se no **Anexo I** a este Edital de Convocação, de forma a viabilizar o exercício do direito de voto pelos Debenturistas. Nos termos da Cláusula 11.6 da Escritura de Emissão, a AGD instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação (conforme definido na Escritura de Emissão). Nos termos da Cláusula 11.12 da Escritura de Emissão, a aprovação da matéria constante do item (a) da ordem do dia dependerá da aprovação de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido na Escritura de Emissão) e dos itens (b) e (c) de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação em primeira convocação ou segunda convocação. Os Debenturistas interessados em participar da AGD por meio da Plataforma Digital deverão solicitar o cadastro para o Departamento de Relações com Investidores da Emissora por meio do endereço eletrônico [ri@voicedm.com.br](mailto:ri@voicedm.com.br), com cópia para o Agente Fiduciário através do endereço eletrônico [af.assembleias@oliveiratrust.com.br](mailto:af.assembleias@oliveiratrust.com.br), imperepreivelmente, com antecedência de até 2 (dois) Dias Úteis antes da data designada para a realização da AGD, manifestando seu interesse em participar da AGD e solicitando o link de acesso ao sistema ("Cadastro"). A solicitação de Cadastro deverá (i) conter a identificação do Debenturista e, se for o caso, de seu representante legal/procurador que comparecerá à AGD, incluindo seus (a) nomes completos, (b) números do CPF ou CNPJ, conforme o caso, (c) telefone, (d) endereço de e-mail do solicitante; e (ii) ser acompanhada dos documentos necessários para participação na AGD, conforme detalhado abaixo. Nos termos do artigo 126 e 71 da Lei das Sociedades por Ações, para participar da AGD os Debenturistas deverão encaminhar à Emissora e ao Agente Fiduciário: **(i)** quando pessoa física: cópia do documento de identidade do Debenturista, representante legal ou procurador (Carteira de Identidade Registro Geral (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) ou, caso seja representado por procurador nos termos do item (ii) abaixo, declaração emitida por instituição financeira que ateste a autoria da outorga da procuração pelo Debenturista; e **(ii) caso o Debenturista seja representado por um procurador**, cópia da procuração assinada com poderes específicos para sua representação na AGD, observados os termos e condições estabelecidos neste Edital. O representante do Debenturista pessoa jurídica deverá apresentar, ainda, cópia dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente (Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou Junta Comercial competente, conforme o caso): **(a)** contrato ou estatuto social; e **(b)** ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à AGD como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente o Debenturista pessoa jurídica, sendo admitida a assinatura digital; e **(c)** se instituição financeira, declaração que ateste a autoria da outorga da procuração pelo Debenturista. Caso qualquer dos Debenturistas seja parte em operações compromissadas, além dos documentos listados acima, conforme aplicável, será necessário o envio (a) da tela CETIP; e (b) e-mail do Debenturista aos endereços abaixo. A indicação do ativo; e (b.2) a declaração, em texto corrido do e-mail, de que realizou a operação compromissada e que o Debenturista permanece com os direitos políticos do ativo. Com relação aos fundos de investimento, a representação destes na AGD caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar cópia do regulamento do fundo. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do art. 126, §1º da Lei das Sociedades por Ações e deve ser enviada em sua versão digital assinada de forma eletrônica, com ou sem certificado digital, ou cópia simples assinada fisicamente com o reconhecimento de firma ou abono bancário do signatário. A Emissora e o Agente Fiduciário dispensarão a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos Debenturistas para o escritório da Emissora, bastando o envio da versão digital ou da cópia simples das vias originais de tais documentos. Em cumprimento ao disposto no art. 654, §1º e §2º do Código Civil, a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos. As pessoas naturais Debenturistas da Emissora somente poderão ser representadas na AGD por procurador que seja acionista, administrador da Emissora, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no art. 126, §1º da Lei das Sociedades por Ações. As pessoas jurídicas Debenturistas da Emissora poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Emissora, acionista ou advogado (Processo CVM RJ2014/3578, julgado em 04 de novembro de 2014). Os Debenturistas que não realizarem o Cadastro e não enviarem os documentos na forma e prazo previstos acima não estarão aptos a participar da AGD via sistema eletrônico de votação a distância. Validada a sua condição e a regularidade dos documentos pela Emissora após o Cadastro, o Debenturista receberá, até 1 (um) dia antes da AGD, as instruções para acesso à Plataforma Digital. Caso determinado Debenturista não receba as instruções de acesso com até 1 (um) dia de antecedência do horário de início da AGD, deverá entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores, por meio do e-mail [ri@voicedm.com.br](mailto:ri@voicedm.com.br), com até 4 (quatro) horas de antecedência do horário de início da AGD, para que seja prestado o suporte necessário. Qualquer dúvida, os Debenturistas poderão contatar a Emissora diretamente pelo e-mail [ri@voicedm.com.br](mailto:ri@voicedm.com.br), ou com o Agente Fiduciário, através do e-mail [af.assembleias@oliveiratrust.com.br](mailto:af.assembleias@oliveiratrust.com.br). A administração da Emissora reitera aos Senhores Debenturistas que não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à AGD, uma vez que essa será realizada exclusivamente de modo digital. Na data da AGD, o link de acesso à Plataforma Digital estará disponível a partir de 30 (trinta) minutos de antecedência e até 10 (dez) minutos após o horário de início da AGD, sendo que o registro da presença somente se dará conforme instruções e nos horários aqui indicados. Após 10 (dez) minutos do início da AGD, não será possível o ingresso do Debenturista na AGD, independentemente da realização do cadastro prévio. Assim, a Emissora recomenda que os Debenturistas acessem a Plataforma Digital para participação da AGD com pelo menos 30 (trinta) minutos de antecedência do início da AGD a fim de evitar eventuais problemas operacionais e que os Debenturistas credenciados se familiarizem previamente com a Plataforma Digital para evitar problemas com a sua utilização no dia da AGD. A Emissora ressalta que será de responsabilidade exclusiva do Debenturista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização da Plataforma Digital e com o acesso à videoconferência. A Emissora não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital e outras situações que não estejam sob controle da Emissora (como, por exemplo, instabilidade na conexão do Debenturista com a internet ou a incompatibilidade do sistema eletrônico com o equipamento utilizado pelo Debenturista). Visando a segurança da AGD, o acesso ao sistema eletrônico será restrito aos Debenturistas da Emissora que se credenciarem no prazo aqui previsto. Por fim, a Emissora esclarece, caso sejam editadas normas legais ou regulamentares alterando as orientações acima até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da AGD, a Emissora poderá adotar os procedimentos previstos na referida autorização para que a AGD se adeque às novas normas legais ou regulamentares editadas, sendo que, neste caso, a Emissora publicará um novo Edital de Convocação com todas as novas instruções necessárias pelos mesmos meios de comunicação adotados para a publicação deste Edital, sem que tal fato implique a reabertura do prazo de convocação da AGD. Os documentos divulgados pelo Emissor, relacionados à AGD, incluindo a Escritura de Emissão bem como a com as instruções para envio de instrução de voto e mais detalhes, estarão disponíveis para consulta na sede do Emissor, no seu website ([www.voicedm.com.br](http://www.voicedm.com.br)) bem como nos websites da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>), da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)) e do Agente Fiduciário ([www.oliveiratrust.com.br](http://www.oliveiratrust.com.br)). Todos os termos aqui iniciados em letras maiúsculas e não expressamente aqui definidos terão os mesmos significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão. São José dos Campos, 22 de junho de 2026. (23, 24 e 25/06/2026)

## DÓLAR

compra/venda

Câmbio livre BC - R\$ 5,1389 / R\$ 5,1395 \*\*

Câmbio livre mercado - R\$ 5,1402 / R\$ 5,1422 \*

Turismo - R\$ 5,1680 / R\$ 5,3480

(\*) cotação média do mercado

(\*\*) cotação do Banco Central

Variação do câmbio livre mercado no dia: -0,61%

## BOLSAS

B3 (Ibovespa)

Variação: 1,21%

Pontos: 170.370

Volume financeiro: R\$ 24,043 bilhões

Maiores altas: Azzas

2154 SA ON (10,48%),

YDUQS Participacoes SA

ON (5,23%), TIM SA ON

(5,08%)

Maiores baixas: Suzano

SA ON (-2,75%),

Marcopolo SA PN

(-1,34%), SLC Agricola

SA ON (-1,32%)

S&amp;P 500 (Nova York):

-0,37%

Dow Jones (Nova York):

0,29%

Nasdaq (Nova York):

-1,32%

CAC 40 (Paris): -0,25%

Dax 30 (Frankfurt):

0,62%

Financial 100 (Londres): 0,72%

Nikkei 225 (Tóquio):

1,55%

Hang Seng (Hong Kong): -0,65%

Shanghai Composite

(Xangai): 1,78%

CSI 300 (Xangai e

Shenzhen): 2,39%

Merval (Buenos Aires):

-0,42%

IPC (México): -0,86%

## ÍNDICES DE INFLAÇÃO

IPCA/IBGE

Agosto 2025: -0,11%

Setembro 2025: 0,48%

Outubro 2025: 0,09%

Novembro 2025: 0,18%

Dezembro 2025: 0,33%

Janeiro 2026: 0,33%

Fevereiro 2026: 0,70%

Março 2026: 0,88%

Abril 2026: 0,67%

Maio 2026: 0,81%



PUBLICIDADE LEGAL

O Primo Rico Mídia, Educacional e Participações S.A.

CNPJ nº 35.784.233/0001-07

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida.

As demonstrações financeiras completas, estão disponíveis na sede da Companhia e no endereço eletrônico do presente jornal: [https://datamercantil.com.br/publicidade\\_legal/](https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/)

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

BALANÇOS PATRIMONIAIS				DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO								
Ativo	Controladora		Consolidado		Capital social subscrito	Reserva de capital	Reserva legal	Reservas Lucros líquido acumulados	Ações em tesouraria	Patrimônio líquido dos sócios controladores	Patrimônio sócios não controladores	Patrimônio líquido consolidado
	31/12/2024 (Reapresentado)	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)	31/12/2025								
<b>Ativo</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2025</b>
<b>Ativo circulante</b>												
Caixa e equivalentes de caixa	4.115	3.623	67.944	63.010								
Contas a receber	16.870	21.303	79.655	68.102								
Impostos a recuperar	3.777	1.238	7.519	2.254								
Partes relacionadas	75.673	70	21.989	4.092								
Despesas antecipadas	164	218	376	408								
Outros	5.401	1.073	8.822	2.438								
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>106.000</b>	<b>27.525</b>	<b>186.305</b>	<b>140.304</b>								
<b>Ativo não circulante</b>												
Partes relacionadas	7.692	8.245	7.692	5.371								
Outros investimentos	-	-	-	350								
Investimentos	127.849	164.596	14.970	9.977								
Imobilizado	3.677	5.140	6.828	6.534								
Intangível	4.757	5.831	79.240	83.628								
<b>Total do não circulante</b>	<b>143.975</b>	<b>183.812</b>	<b>108.730</b>	<b>105.860</b>								
<b>Total do ativo</b>	<b>249.975</b>	<b>211.337</b>	<b>295.035</b>	<b>246.164</b>								
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>												
<b>Passivo circulante</b>												
Fornecedores	3.513	694	5.461	2.708								
Obrigações trabalhistas e sociais	6.424	4.774	12.746	9.597								
Obrigações tributárias	313	1.101	14.186	8.790								
Adiantamento de clientes	59	750	1.601	4.061								
Contas a pagar com partes relacionadas	95	6.234	94	10.432								
Outras contas a pagar	415	2.438	2.356	5.130								
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>10.819</b>	<b>15.991</b>	<b>36.444</b>	<b>40.718</b>								
<b>Ativo não circulante</b>												
Contas a pagar com partes relacionadas	1.771	10.398	8.992	7.406								
Provisão para demandas judiciais	132	101	333	111								
Outras contas a pagar	2.382	957	10.948	2.103								
<b>Total do não-circulante</b>	<b>4.285</b>	<b>11.456</b>	<b>20.273</b>	<b>9.620</b>								
<b>Patrimônio líquido</b>												
Capital social	96.071	53.767	96.071	53.767								
Reservas	(24.048)	13.801	(24.048)	13.801								
Ações em tesouraria	(7.021)	-	(7.021)	-								
Lucros ou (prejuízos) acumulados	169.869	116.322	169.869	116.322								
<b>Total do patrimônio líquido de controladores</b>	<b>234.871</b>	<b>183.890</b>	<b>234.871</b>	<b>183.890</b>								
<b>Patrimônio líquido de sócios não controladores</b>												
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>234.871</b>	<b>183.890</b>	<b>234.871</b>	<b>183.890</b>								
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>249.975</b>	<b>211.337</b>	<b>295.035</b>	<b>246.164</b>								

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

**1. Contexto operacional:** O Primo Rico Mídia, Educacional e Participações S.A. ("Companhia ou Controladora") é uma sociedade por ações de capital fechado (alteração de Ltda. Para S.A. em 31 de janeiro de 2024) e foi constituída em 13 de dezembro de 2019, de acordo com as leis brasileiras, com sede na Avenida Copacabana, no 325, bairro Dezoito do Forte Companhia/Alphaville, Barueri/SP. As demonstrações contábeis da Companhia abrangem a Companhia e suas subsidiárias (conjuntamente referidas como "Grupo Primo"). A Companhia tem como objeto social as seguintes atividades: (i) treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial; (ii) comércio varejista de livros; (iii) portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet; (iv) participação em outras Companhia como acionista ou quotista (holdings de instituições não-financeiras); (v) atividades de consultoria em gestão Companhia, exceto consultoria técnica específica; (vi) agências de publicidade; (vii) marketing direto; (viii) consultoria em publicidade; (ix) atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários; (x) serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas; e (xi) atividades de apoio à educação, exceto caixas escolares. A receita da Companhia e suas controladas são obtidas com a venda de cursos livres, assinaturas, educação formal, consultoria, publicidade, taxa de gestão de fundos, eventos e palestras. As controladas diretas e indiretas que compõem o Grupo Primo e que foram incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas são as seguintes: **Grão Pagamentos e Finanças Pessoais Ltda.:** Adquirida pela Companhia em 19 de maio de 2022, tem por objeto social as seguintes atividades: (i) treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial; (ii) portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet; (iii) corretores e agentes de seguros, de planos de previdência complementar e de saúde; e (iv) atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica. **Grão Gestões de Recursos Ltda.:** Adquirida pela Companhia em 17 de março de 2022, tem por objeto social as seguintes atividades: (i) outras atividades auxiliares dos serviços financeiros; (ii) desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis; (iii) outras atividades de prestação de serviços de informação; (iv) outras Companhias de participação, exceto holdings; e (v) correspondentes de instituições financeiras. **Grão Gestão de Recursos Ltda.:** Adquirida pela Companhia em 1º de outubro de 2022, a entidade tem como objeto social: (i) a administração de fundos por meio de contratos ou comissões. Em 31 de agosto de 2025, a Grão Gestão de Recursos Ltda. passou a ser controlada diretamente pela Companhia, anteriormente sendo controlada pela Grão Pagamentos e Finanças Pessoais S.A. **Finclax Spiti Ltda.:** Adquirida pela Companhia em 07 de dezembro de 2021 tem por objeto social as seguintes atividades: (i) outras atividades de ensino; (ii) portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet; (iii) holdings de instituições não-financeiras; (iv) atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica; e (v) treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial. **Portefel Consultoria Financeira e Corretora de Seguros Ltda.:** Adquirida pela Companhia em 24 de outubro de 2022, tem por objeto social as seguintes atividades: (i) atividade de consultoria e gestão empresarial, exceto consultoria técnica não específica; (ii) corretores e agentes de seguros, de planos de previdência complementar e de saúde; e (iii) treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial. **Oya Educacional Ltda. - SCP Primo & Barsi:** Constituída em 05 de agosto de 2022, tem por objeto social as seguintes atividades: (i) educação superior (graduação e pós-graduação); (ii) comércio de livros; (iii) educação profissional de nível técnico; (iv) educação profissional tecnológica; e (v) educação superior, pós-graduação e extensão. **Oya Educacional Ltda. - SCP Primo & Flavio Augusto:** Constituída em 11 de novembro de 2022, tem por objeto social as seguintes atividades: (i) educação superior (graduação e pós-graduação); (ii) comércio varejista de livros;

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024 (Reapresentado)	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)	31/12/2025
<b>Receita operacional líquida</b>				
Receita líquida	58.695	54.684	303.418	239.738
Custos de serviços prestados e mercadorias vendidas	(10.174)	(21.056)	(83.781)	(62.993)
<b>Lucro bruto</b>	<b>48.521</b>	<b>33.628</b>	<b>219.637</b>	<b>176.745</b>
<b>Recargas (despesas) operacionais</b>				
Despesas comerciais	(23.381)	(20.995)	(37.349)	(30.545)
Despesas administrativas e gerais	(43.626)	(40.496)	(84.335)	(64.323)
Equivalência patrimonial	106.726	75.398	20.745	55
Outras (despesas) receitas operacionais	610	934	(454)	(1.060)
<b>Resultado operacional antes do resultado financeiro</b>	<b>88.850</b>	<b>48.469</b>	<b>118.244</b>	<b>80.872</b>
Receita financeira	677	1.755	8.372	5.110
Despesa financeira	(427)	(1.218)	(952)	(2.423)
<b>Resultado antes do IRPJ e CSLL</b>	<b>89.100</b>	<b>49.006</b>	<b>125.664</b>	<b>83.559</b>
IRPJ e CSLL	-	(2)	(31.482)	(19.094)
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>89.100</b>	<b>49.004</b>	<b>94.182</b>	<b>64.465</b>
<b>Total do resultado abrangente do exercício atribuído a:</b>				
Sócios controladores	-	-	89.100	49.004
Sócios não controladores	-	-	5.082	15.461

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024 (Reapresentado)	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)	31/12/2025
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>89.100</b>	<b>49.004</b>	<b>94.182</b>	<b>64.465</b>
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>89.100</b>	<b>49.004</b>	<b>94.182</b>	<b>64.465</b>
<b>Total do resultado abrangente do exercício atribuído a:</b>				
Sócios controladores	-	-	89.100	49.004
Sócios não controladores de subsidiárias	-	-	5.082	15.461

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

Das atividades operacionais	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024 (Reapresentado)	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)	31/12/2025
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>89.100</b>	<b>49.004</b>	<b>94.182</b>	<b>64.465</b>
<b>Ajuste por Depreciação e amortização</b>				
Provisão para demandas judiciais	31	(19)	222	(81)
Adição/reversão de perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	-	-	361	(5.196)
Resultado de equivalência patrimonial	(106.726)	(75.398)	(20.745)	(55)
Ajustes de exercícios anteriores	(273)	-	(442)	-
<b>Variações nos ativos</b>				
(Aumento)/redução em contas a receber	4.433	17.050	(11.914)	(2.290)
(Aumento)/redução em imp. a recuperar e diferido	(2.539)	182	(5.265)	(5)
(Aumento)/redução em partes relacionadas - ativo	(75.050)	793	(20.216)	(1.614)
(Aumento)/redução em despesas antecipadas	54	568	32	507
(Aumento)/redução em outras contas a receber	(4.328)	52	(6.384)	(516)
<b>Variações nos passivos</b>				
Aumento/(redução) em fornecedores	2.819	(5.566)	2.753	(5.290)
Aumento/(redução) em obrig. trabalhistas e sociais	1.650	1.566	3.149	4.650
Aumento/(redução) em obrigações tributárias	(788)	(2.249)	5.396	(655)
Aumento/(redução) em adiantamento de clientes	(691)	(998)	(2.459)	(9.929)
Aumento/(redução) em contas a pagar com partes relacionadas passivo	(14.766)	(9.516)	(8.755)	(7.560)
Aumento/(redução) em outras contas a pagar	(598)	1.164	6.071	2.851
<b>Caixa utilizado das atividades operacionais</b>	<b>(106.526)</b>	<b>(13.640)</b>	<b>40.515</b>	<b>49.931</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>				
Aquisição de imobilizado e intangível	1.391	(1.779)	(435)	(159)
Redução investidas de capital em investidas	141.945	28.206	16.102	-
Transação de capital com minoritário	(28.069)	(16.178)	-	5.605
Aumento em participação e ágio na compra de participação controlada e coligada	1.528	(5.606)	(3.496)	(6.156)
<b>Caixa líquido usado nas atividades de investimento</b>	<b>116.795</b>	<b>4.643</b>	<b>12.171</b>	<b>(710)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>				
Recompras de ações próprias	(7.021)	-	(7.021)	-
Dividendos pagos	(2.756)	(7.710)	(40.731)	(36.032)
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento</b>	<b>(9.777)</b>	<b>(7.710)</b>	<b>(47.752)</b>	<b>(36.032)</b>
<b>Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa</b>	<b>492</b>	<b>(16.707)</b>	<b>4.934</b>	<b>13.189</b>
Início do período	3.623	20.330	63.010	49.821
Fim do período	4.115	3.623	67.944	63.010
<b>Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa</b>	<b>492</b>	<b>(16.707)</b>	<b>4.934</b>	<b>13.189</b>

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; e • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de maio de 2026

**Grant Thornton**  
Auditoria e Consultoria Ltda.  
CRC 25P-034.766/0-0

**Régis Eduardo Baptista dos Santos**  
Contador  
CRC 15P-255.954/0-0

## PUBLICIDADE LEGAL

## DM Securitizadora S.A.

CNPJ/MF nº 36.238.874/0001-29 - NIRE 35.300.548.710

Ata da Assembleia Geral de Debenturistas, realizada em 22 de maio de 2026

**1. Data, Horário e Local:** 22/05/2026, às 11h00, de forma exclusivamente digital, coordenada pela DM Securitizadora S.A. ("Emissora" ou "Companhia"). **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, em razão da presença da totalidade dos Debenturistas. **Mesa:** Thiago de Oliveira Geraldo, Presidente, e Juliana Gomes Dias da Motta, Secretária. **Deliberações:** Após exame das matérias da Ordem do Dia, os Debenturistas presentes representantes de 79,94% das Debêntures em Circulação, sem quaisquer ressalvas ou restrições, deliberaram por: (i) Aprovar, nos termos da Cláusula 9.2 e demais disposições aplicáveis do Contrato de Cessão, a Resolução Parcial Voluntária da Cessão, observados todos os requisitos previstos no Contrato de Cessão e desde que: a. Verificada a Razão Mínima de Cessão nas últimas 3 Datas de Pagamento, conforme previsto no Contrato de Cessão; b. Formalizada a Resolução Parcial Voluntária da Cessão mediante a celebração do Termo de Resolução de Cessão, conforme modelo constante do Anexo IV do Contrato de Cessão; c. Observados integralmente todos os termos, condições, procedimentos, limites, requisitos operacionais e documentais previstos no Contrato de Cessão; d. Realizada a operação com a intervenção e anuência do Agente Fiduciário, da DMCARD Credenciadora e da DMCARD Processamento, conforme aplicável; e. Mantida a plena vigência e exigibilidade das obrigações, garantias e declarações assumidas pela Emissora e pelas Cedentes nos Documentos da Emissão, sem qualquer renúncia, novação ou mitigação não prevista expressamente nesta deliberação. (ii) Não declarar o Vencimento Antecipado das Debêntures (conforme definido na Escritura de Emissão), nos termos do item 3.38 (ss) da Escritura de Emissão, em razão do descumprimento, pela Emissora, do Índice Financeiro e Operacional (relação entre lucro líquido e patrimônio líquido), da DM Instituição de Pagamento S.A. e da DM CARTÕES PL (devidamente qualificadas na Escritura de Emissão), nos termos do item 3.36.2 (b) da Escritura de Emissão, referente ao quarto trimestre de 2025. (iii) Não declarar o Vencimento Antecipado das Debêntures, nos termos do item 3.38, (lg), da Escritura de Emissão, em razão do atraso na entrega, fora do prazo de cura, das Demonstrações Financeiras Auditadas da DM IP (conforme definido na Escritura de Emissão) e da Emissora relativas ao exercício encerrado em 2025; (iv) Aprovar a reorganização societária consistente na incorporação de DM Instituição de Pagamento S.A. ("DM IP") por DM Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("DM SCFI"), com a sucessão universal pela DM SCFI de todos os direitos e obrigações detidos e/ou assumidos pela DM IP perante a Emissora, o Agente Fiduciário, o Agente de Garantias e demais Partes dos Documentos da Emissão, nos termos dos documentos, laudos e demais suportes apresentados, que passará a ter efeito quando da aprovação da incorporação pelo órgão regulador, o Banco Central do Brasil; (v) Aprovar que a referida reorganização não constituirá, por si, "Evento de Vencimento Antecipado" nem ensejará vencimento/aceleração das obrigações das Debêntures, para todos os fins dos Documentos da Emissão, inclusive para os fins do item 3.38 da Escritura; e (vi) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticar todos os atos, bem como firmar todos e quaisquer documentos necessários à realização, formalização e efetivação das deliberações previstas nesta Assembleia. Por fim, os Debenturistas representando 20,06% das Debêntures em Circulação deliberaram pela repropoção das matérias constantes da Ordem do Dia. **Consigna-se, contudo, que as matérias foram aprovadas, considerando o atendimento ao quórum de deliberação previsto na Cláusula 4.6.1 da Escritura de Emissão. Disposições Gerais:** 1. As deliberações desta assembleia, (1) não deverão ser interpretadas como renúncia dos Debenturistas quanto ao cumprimento, pela Emissora, das obrigações assumidas nos documentos da Emissão, conforme aditados; ou (2) não deverão impedir, restringir e/ou limitar o exercício, pelos Debenturistas, de quaisquer direitos oriundos dos documentos da operação, conforme aditados, bem como não deverão implicar em quaisquer formas de novação ou extinção das garantias prestadas às Debêntures, exceto nas hipóteses expressamente deliberadas e aprovadas na presente assembleia. 2. Ficam ratificadas todas as disposições da Escritura de Emissão que não tenham sido expressamente aprovadas para alteração. 3. Os presentes autorizam a Emissora a publicar no seu website e a encaminhar à CVM a presente ata em forma sumária, com a omissão da assinatura e qualificação de todos os Debenturistas. 4. O Agente Fiduciário não é responsável por verificar se o gestor, administrador ou procurador dos Debenturistas, ao tomar a decisão no âmbito desta assembleia, age com diligência, observando as respectivas orientações do Debenturista e de sua política e decisão de investimento. Adicionalmente, os representantes do Debenturistas aqui presentes declaram, para todos os fins e efeitos de direito que os contratos de administração/gestão ou procurações, celebrados com os outorgados pelos Debenturistas, conforme o caso, encontram-se vigentes e não foram rescindidos ou revogados. 5. O Agente Fiduciário informa aos Debenturistas que as deliberações desta assembleia podem apresentar riscos não mensuráveis no presente momento à Emissão, o que poderá aumentar o risco de crédito da Emissão. 6. O Agente Fiduciário informa que os Debenturistas são integralmente responsáveis pela validade e efeitos dos atos realizados e das decisões tomadas por eles no âmbito desta assembleia, razão pela qual reitera que não é responsável por quaisquer despesas, custos ou danos que venham eventualmente incorrer em decorrência dos atos praticados nos termos desta assembleia em estrita observância às decisões tomadas pelos Debenturistas. **Thiago de Oliveira Geraldo – Presidente; Juliana Gomes Dias da Motta – Secretária.** Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 253.013/26-4 em 11/06/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

## Tekno S.A. Indústria e Comércio

CNPJ nº 33.467.572-0001.34 - NIRE 35.300.007.514

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27/05/2026

**Local e data:** 27/05/2026, às 10hs, sob a forma exclusivamente digital. **Convocação:** O Edital de Convocação foi publicado no jornal Data Mercantil. **Presença:** Compareceram acionistas representando 99,55% do capital com direito a voto, conforme acionistas presentes por meio do sistema eletrônico. Também presentes o Sr. Paulo Henrique Wanick Mattos, Vice-Presidente do Conselho de Administração e os Srs. Rodrigo Augusto Costa Deslandes, Diretor Presidente, e José Maria de Campos Maia Netto, Diretor de Relações com Investidores. **Mesa:** Presidente Paulo Henrique Wanick Mattos; Secretário: Paulo Cesar Prado Peixoto. **Deliberações aprovadas:** (i) Aprovado, por unanimidade dos votos válidos, sendo 1.582.806 votos favoráveis, o resgate e cancelamento de 4.295 ações ordinárias e 8.769 ações preferenciais de emissão da Companhia remanescentes em circulação na data desta Assembleia ("Ações Remanescentes"), as quais representam menos de 5% do total das ações emitidas pela Companhia, nos termos do artigo 4º, §5º da Lei das Sociedades por Ações, sem redução do capital social. Fica consignado que o preço por ação a ser pago pela Companhia será igual ao preço por ação da oferta pública unificada para aquisição de ações da Companhia ("OPA"), da seguinte forma: a) Os acionistas que optaram pela "Opção de Preço 1" ou que não tenham se manifestado até o dia 26/05/2026, receberão, em 01/06/2026, uma parcela à vista de R\$ 224,47, equivalente a R\$ 219,70, atualizado desde 09/04/2026 ("Data de Liquidação") até to de junho de 2026 pela Taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia do Banco Central do Brasil ("Taxa SELIC") acumulada da pro rata temporis, podendo ainda vir a receber no futuro um montante de R\$ 24,94 (vinte e quatro reais e noventa e quatro centavos) por ação ordinária e preferencial, equivalente a R\$ 24,41 atualizado desde a Data de Liquidação até 10/06/2026 pela-Taxa SELIC acumulada pro rata temporis, correspondente ao saldo da parcela do preço de aquisição retida; sujeito à atualização e aos mecanismos de ajuste; conforme detalhadamente previstos no edital da OPA; e b) Os acionistas que optaram pela "Opção de Preço 2" receberão, em 10/06/2026, uma parcela à vista de R\$ 235,55, equivalente a R\$ 230,55, atualizado pela Taxa SELIC desde a Data de Liquidação até 01/06/2026. Farão jus ao pagamento do resgate os acionistas da Companhia em 27/05/2026. O pagamento será efetuado em 10/06/2026, mediante crédito em conta bancária de titularidade dos acionistas titulares das Ações Remanescentes, nos termos do art. 41, §2º, da Resolução CVM 215/24 e do item 9.1.1 do edital da OPA. (ii) Autorizada a administração da Companhia a praticar todos os atos necessários a efetivação do resgate e cancelamento das Ações Remanescentes. Guaratinguetá/SP, 27/05/2026. JUCESP nº 257.673/26-0 em 11/06/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

## Genco Holding Participações S.A.

CNPJ/ME nº 43.296.632/0001-57 - NIRE 35.300.575.717

Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 26/05/2026

**Data, Hora e Local:** Em 26/05/2026, às 10hs, na sede social. **Convocação e Presença:** Dispensada a publicação de editais de convocação, tendo em vista a presença das acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. **Mesa:** Presidente: Sr. Dário Almeida Albagli, Secretária: **Mareia Pacianotto Ribeiro.** **Deliberações aprovadas:** (i) Aprovação de Contas, Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras, acompanhadas do relatório anual dos auditores independentes, publicadas no jornal Data Mercantil, no dia 04/03/2026, na página 11, referentes ao exercício social findo em 31/12/2025. (ii) Aprovação da Distribuição de Dividendos no valor total de R\$ 275.697,96 proporcionalmente entre os acionistas. (iii) Do montante aprovado para distribuição no item acima, R\$ 89.412,95 foram antecipadamente pagos, em janeiro de 2025, aos acionistas Alan Zelazo, Carlos Baccan Netto, Eduardo Dal Sasso Mendonça Cruz e Henrique Coelho Casotti, e o saldo remanescente será distribuído aos acionistas, observada a proporcionalidade de suas respectivas participações societárias, até o final de 2026. (iv) A destinação do resultado do exercício social de 2025, com prejuízo de R\$ 27.867.076,00 integralmente compensada da sua reserva de lucros. Nada mais. São Paulo/SP, 26/05/2026. JUCESP nº 255.663/26-2 em 16/06/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

## Concessionária Rodoanel Norte – SPE S.A.

CNPJ/MF nº 50.399.553/0001-37 - NIRE 35.300.619.331

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27/05/2026

**Data, Horário e Local:** Em 27/05/2026, às 16hs, na sede social. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, em virtude da presença da única acionista representando a totalidade do capital social da Companhia. **Mesa:** Brendon Azevedo Ramos – Presidente; Otávio Simões Brissant – Secretário. **Deliberações aprovadas:** 5.1. A lavratura da presente ata na forma de sumário. 5.2. A reeleição dos atuais membros do Conselho de Administração da Companhia, para um novo mandato unificado de 2 anos: (a) **Fabio Vassel**, brasileiro, empresário, para o cargo de Presidente do Conselho de Administração, com mandato unificado de 2 anos, com início em 19/06/2025; (b) **Warley Isaac Noboa Pimentel**, brasileiro, economista, para o cargo de membro do Conselho de Administração, com mandato unificado de 2 anos, com início em 19/06/2025; e (c) **Marcus Vinícius Gomes Bitencourt**, brasileiro, advogado, para o cargo de membro do Conselho de Administração, com o mandato unificado de 2 anos, com início em 19/06/2025. 5.2.1. Os membros do Conselho de Administração ora eleitos tomam posse do cargo na presente data, mediante a assinatura dos termos de posse e declaram sob as penas da Lei, não estarem incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei especial, que o impeça de exercer atividades mercantis. 5.3. Fica a Diretoria da Companhia autorizada a realizar os registros necessários perante os órgãos competentes, com relação à deliberação acima. Nada mais. São Paulo/SP, 27/05/2026. JUCESP nº 254.315/26-4 em 12/06/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

## Concessionária Rodoanel Norte – SPE S.A.

CNPJ/MF nº 50.399.553/0001-37 - NIRE 35.300.619.331

Ata de Assembleia Geral Ordinária realizada em 30/04/2026

**Data, Hora e Local:** Em 30/04/2026, às 14hs, na sede social. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, por estar presente a única acionista representando a totalidade do capital social da Companhia. **Mesa:** Fabio Vassel – Presidente; Otávio Simões Brissant – Secretário. **Publicações:** As demonstrações financeiras relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2025, foram publicadas na Folha de São Paulo. **Deliberações aprovadas:** (i) as contas dos administradores relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2025; (ii) as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2025, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e do relatório da administração; (iii) a proposta de destinação da totalidade do lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31/12/2025, no valor total de R\$229.587.834,82, da seguinte forma: R\$18.697.617,14 para a absorção do prejuízo acumulado; R\$10.544.510,88 para a conta de reserva legal obrigatória; R\$50.086.426,70 para distribuição de dividendo mínimo obrigatório para a acionista Via Appia Concessões S.A., que será pago somente no final do exercício social de 2026 e convertido em nota promissória; e R\$150.259.280,10 para a conta de Reserva de Lucros; e (iv) Fica a Diretoria da Companhia autorizada a realizar os registros, averbações e anotações necessárias perante os órgãos competentes, com relação às deliberações acima. Nada mais. São Paulo/SP, 30/04/2026. JUCESP nº 254.764/26-5 em 12/06/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

## Concessionária Rodoanel Norte – SPE S.A.

CNPJ/MF nº 50.399.553/0001-37 - NIRE 35.300.619.331

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 27/05/2026

**Data, Hora e Local:** Em 27/05/2026, às 17hs, na sede social. **Convocação e Presenças:** Convocação dispensada, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **Mesa:** Presidente: Fabio Vassel; Secretário: Otávio Simões Brissant. **Deliberações aprovadas:** 5.1. Aprovar a reeleição dos Diretores da Companhia, com mandato unificado de 2 anos a contar da presente data, quais sejam: (i) **Brendon Azevedo Ramos**, brasileiro, economista, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia; e (ii) **Bernardo Monteiro Lobato Zerkowski Figueiredo**, brasileiro, engenheiro, para o cargo de Diretor Administrativo Financeiro e de Relação com Investidores da Companhia; 5.1.1. Os Diretores ora eleitos tomam posse dos respectivos cargos na presente data, mediante a assinatura dos respectivos termos de posse e declaram sob as penas da Lei, não estarem incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei especial, que o impeça de exercer atividades mercantis. 5.1.2. Fica a Diretoria da Companhia autorizada a realizar os registros, averbações e anotações necessárias perante os órgãos competentes, com relação à deliberação acima. Nada mais. São Paulo, 27/05/2026. JUCESP nº 255.127/26-1 em 12/06/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

## Concessionária Rodoanel Norte – SPE S.A.

CNPJ/MF nº 50.399.553/0001-37 - NIRE 35.300.619.331

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 30/04/2026

**Data, Hora e Local:** Em 30/04/2026, às 13hs, na sede social. **Convocação e Presença:** Convocação dispensada, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **Mesa:** Fabio Vassel – Presidente; Otávio Simões Brissant – Secretário. **Deliberações aprovadas:** (i) o relatório da administração e as contas da diretoria, bem como as demonstrações financeiras, suas notas explicativas e o parecer dos auditores independentes, todos apresentados nesta data, sem nenhuma ressalva, conforme documentos arquivados na sede da Companhia e determinando que tais documentos sejam submetidos à aprovação da Assembleia Geral Ordinária da Companhia; (ii) a proposta de destinação da totalidade do lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31/12/2025, no valor total de R\$229.587.834,82, da seguinte forma: R\$18.697.617,14 para a absorção do prejuízo acumulado; R\$10.544.510,88 para a conta de reserva legal obrigatória; R\$50.086.426,70 para distribuição de dividendo mínimo obrigatório para a acionista Via Appia Concessões S.A., que será pago somente no final do exercício social de 2026 e convertido em nota promissória; e R\$150.259.280,10 para a conta de Reserva de Lucros; (iii) Fica a Diretoria da Companhia autorizada a realizar os registros, averbações e anotações necessárias perante os órgãos competentes, com relação às deliberações acima. Nada mais. São Paulo/SP, 30/04/2026. JUCESP nº 255.126/26-8 em 12/06/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

## Cotação das Moedas



Coroa (Suécia) - 0,5345

Dólar (EUA) - 5,1395

Franco (Suíça) - 6,3521

Iene (Japão) - 0,03183

Libra (Inglaterra) - 6,8088

Peso (Argentina) - 0,003528

Peso (Chile) - 0,005666

Peso (México) - 0,2966

Peso (Uruguai) - 0,1282

Yuan (China) - 0,7587

Rublo (Rússia) - 0,06922

Euro (Unidade Monetária Europeia) - 5,876

## Instagram testa versão para TV e flerta com ideia de concorrer com YouTube

O Instagram ampliou testes do app para a TV e passou a explorar formatos mais comuns do YouTube, como vídeos horizontais, séries e transmissões ao vivo.

A Meta vai disponibilizar o Instagram para TV primeiro em aparelhos da Samsung nos EUA. O app passa a funcionar em Samsung Smart TVs no país a partir desta segunda-feira (22), em modelos de 2020 em diante.

O aplicativo também já está em outros sistemas de TVs conectadas no mercado americano. Segundo a empresa, a versão para TV já roda em Amazon Fire TV e Google TV, o que amplia o alcance do Instagram na sala de estar.

A Meta diz que a experiência na TV costuma ser coletiva e quer incentivar o consumo em grupo. A empresa afirma que está testando recursos para facilitar descobrir vídeos juntos, retomar o que a pessoa estava assistindo no celular e compartilhar a experiência com quem está na mesma sala.

Entre os testes, a Meta cita canais organizados por interesses para ajudar a escolher o que ver. A ideia é agrupar conteúdos por temas como comédia, esportes e criadores, para reduzir a "disputa pelo controle" e acelerar a escolha do vídeo.

Empresa também testa levar mais formatos do Instagram para a tela grande, como Stories. A proposta é permitir que usuários vejam publicações de amigos e criadores sem precisar se reunir em torno do celular.

Folhapress

DATA MERCANTIL

SEMPRE DIVULGANDO SUAS INFORMAÇÕES E NÚMEROS COM TRANSPARÊNCIA, SEGURANÇA E QUALIDADE.



datamercantil.com.br

**PUBLICIDADE LEGAL**

**Mercado eleva de novo projeção para a inflação e passa a ver só mais um corte na Selic este ano**



O mercado financeiro elevou pela 15ª semana consecutiva a projeção para a inflação em 2026 e também passou a ver menos cortes na taxa básica de juros, prevendo a Selic encerrando este ano a 14%, de acordo com a pesquisa Focus divulgada nesta segunda-feira, 22.

Na semana anterior a pesquisa já tinha elevado a projeção para Selic terminal neste ano para 13,75%, antes de o Banco Central cortar a taxa em 0,25 ponto percentual na quarta-feira passada, a 14,25% ao ano. A expectativa para os juros em 2027, por sua vez, foi mantida em 12%.

O Comitê de Política Monetária (Copom) deixou os próximos passos em aberto ao argumentar que avalia trajetórias de juros "alternativas" para atingir a meta de inflação em um horizonte um pouco mais distante, e analistas avaliarão a ata desse encontro na terça

em busca de mais pistas. O levantamento, que capta a percepção do mercado para indicadores econômicos, apontou nova piora na expectativa para a inflação em 2026, com a alta do IPCA agora calculada em 5,33%, de 5,30% antes.

Para 2027 a conta subiu a 4,15%, de 4,10%, e para 2028 foi a 3,70%, de 3,68%.

O centro da meta oficial para a inflação é de 3,00%, sempre com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou menos.

Para o Produto Interno Bruto (PIB), a estimativa de crescimento este ano melhorou em 0,02 ponto percentual, a 1,98%, permanecendo em 1,70% para o ano que vem.

Já para o dólar foi mantida a projeção de câmbio a R\$ 5,20 no fim de 2026. Já para o final de 2027, a cotação passou a ser estimada em R\$ 5,27, ante R\$ 5,25 anteriormente.

IstoÉdinheiro

SCB Mogi Terras S/A.			
CNPJ/MF nº 44.928.210/0001-10			
Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais de doze meses findo em 31 de março de 2026 e 2025 (Valores expressos em Reais)			
Balço Patrimonial		Demonstrações de Resultados	
Ativo	2026	2025	
<b>Circulante</b>			<b>2026</b>
Caixa e equivalentes de caixa	222.907	70.027	314.840
Contas a receber de clientes	27.230	-	314.838
Imposto de renda e contribuição social	21.903	21.903	(26.489)
<b>Total ativo circulante</b>	<b>272.040</b>	<b>91.930</b>	(504.400)
<b>Total realizável a longo prazo</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	(100)
Propriedades para Investimento Intangível	16.781.631	16.781.631	14.798
<b>Total ativo não circulante</b>	<b>16.781.631</b>	<b>16.781.631</b>	
<b>Total do ativo</b>	<b>17.053.671</b>	<b>16.873.561</b>	
<b>Passivo</b>	<b>2026</b>	<b>2025</b>	
<b>Circulante</b>			<b>2026</b>
Fornecedores	10.774	87.305	904
Obrigações sociais, trabalhistas e tributárias	-	994	(26.489)
Imposto de renda e contribuição social	-	6.007	(504.400)
<b>Total passivo circulante</b>	<b>10.774</b>	<b>94.306</b>	(100)
<b>Passivo não circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>17.053.671</b>	<b>16.873.561</b>	
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	17.052.506	17.052.506	288.251
Lucros/(Prejuízos) Acumulados	(9.609)	(273.251)	(174.764)
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>17.042.897</b>	<b>16.779.255</b>	50
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>17.053.671</b>	<b>16.873.561</b>	(2.950)
<b>Demonstrações de Resultados Abrangentes</b>	<b>2026</b>	<b>2025</b>	
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>263.642</b>	<b>(207.463)</b>	<b>704</b>
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado	-	-	(2.900)
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>263.642</b>	<b>(207.463)</b>	<b>(2.900)</b>
<b>Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido</b>			
	Capital social	Lucros/(prejuízos) social acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de março de 2024</b>	<b>4.000.000</b>	<b>(65.788)</b>	<b>3.934.212</b>
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício	-	(207.463)	(207.463)
Constituição de Capital	13.052.506	-	13.052.506
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>17.052.506</b>	<b>(273.251)</b>	<b>16.779.255</b>
Lucro líquido do exercício	263.642	263.642	263.642
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>17.052.506</b>	<b>(9.609)</b>	<b>17.042.897</b>
<b>Demonstrações dos Valores Adicionados</b>	<b>2026</b>	<b>2025</b>	
<b>1. Receitas</b>	<b>314.740</b>	<b>314.840</b>	<b>288.251</b>
1.1. Vendas de mercadorias, produtos e serviços	314.840	314.840	904
1.2. Outras receitas	(100)	-	-
1.3. Receitas relativas à construção de ativos próprios	-	-	904
1.4. Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	-	-	-
<b>2. Insumos Adquiridos de Terceiros</b>	<b>26.489</b>	<b>26.489</b>	<b>289.155</b>
2.1. Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços prestados	-	-	-
2.2. Materiais serviços de terceiros e outros	-	-	-
2.3. Perda/recuperação de valores ativos	-	-	25.313
2.4. Outros	26.489	26.489	200
<b>3. Valor Adicionado Bruto (1-2)</b>	<b>288.251</b>	<b>288.251</b>	<b>289.155</b>
<b>4. Retenções: Depreciação, Amortização e Exaustão</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>5. Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (3-4)</b>	<b>288.251</b>	<b>288.251</b>	<b>289.155</b>
<b>6. Valor Adicionado Recebido em Transferência</b>	<b>904</b>	<b>904</b>	<b>904</b>
6.1. Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-
6.2. Receitas financeiras	-	-	-
6.3. Outras	-	-	-
<b>7. Valor Adicionado Total a Distribuir (5+6)</b>	<b>289.155</b>	<b>289.155</b>	<b>289.155</b>
<b>8. Distribuição dos Valores Adicionados</b>	<b>289.155</b>	<b>289.155</b>	<b>289.155</b>
8.1. Pessoal e encargos	-	-	-
8.2. Impostos, taxas e contribuições	-	-	25.313
8.3. Juros pagos	-	-	200
8.4. Juros sobre capital próprio	-	-	-
8.5. Lucros/Prejuízos	263.642	263.642	263.642
<b>Nairo Pina Rojas</b>	<b>Iara Aparecida Lopes de Oliveira Souza</b>	<b>Jose Mario Façanha Junior</b>	
Diretor	Diretora	Contador (CRC CE 020.824/O-8)	

**Em aposta no Brasil, UE se diferencia ao estimular refino local de minerais críticos, diz comissário**

Enquanto trabalha para diversificar suas fontes de suprimento de minerais críticos, a União Europeia aposta no Brasil como parceiro estratégico e afirma ter uma proposta mais "benéfica" do que a de outros atores na disputa por matérias-primas brasileiras, diz o comissário europeu para Parcerias Internacionais, Jozef Síkela, à Reuters.

O comissário visitou no sábado (20) o centro de pesquisa e processamento de terras raras da mineradora australiana Viridis Mining and Minerals, em Poços de Caldas (MG), um dos quatro projetos prioritários selecionados para acelerar a colaboração entre a UE e o Brasil.

Síkela avalia que a abordagem europeia é um trunfo por priorizar a sustentabilidade do negócio e o incentivo ao processamento local de terras raras. Isso casa com uma diretriz do governo brasileiro, de produzir e exportar minerais processados, que agreguem tecnologias e valores à cadeia produtiva de um setor nascente no Brasil, que conta com a segunda maior reserva global de tais minerais críticos.

"É extremamente importante que o Brasil também avance além de negócios de baixa margem, ou seja, que o valor seja criado aqui no país", comentou o comissário durante a visita à unidade da Viridis, destacando que o Brasil é hoje o

parceiro mais estratégico da UE na América Latina e uma economia em expansão.

"Podemos cobrir, com base em acordos de compra, as nossas necessidades, e o Brasil terá sua própria capacidade de refino, novas tecnologias e, basicamente, avançará na cadeia de suprimentos para uma geração de margens mais altas", relatou.

O projeto piloto mineiro da Viridis, inaugurado em maio, tem capacidade para processar 100 kg de minério por hora e produzir por ano até 2,92 kg de carbonato misto de terras raras (MREC, na sigla em inglês), um pó esbranquiçado que contém uma mistura dos elementos de terras raras ainda não separados.

IstoÉdinheiro



## PUBLICIDADE LEGAL

## Tutelar Empreendimentos S/A

CNPJ/MF nº 55.389.399/0001-36

## Relatório da Administração

Aos Administradores da Tutelar Empreendimentos S/A

Apresentamos as demonstrações contábeis da Tutelar Empreendimentos S/A referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, compreendendo Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo método indireto e notas explicativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as informações prestadas pela administração da Sociedade, e são de sua inteira responsabilidade. As demonstrações contábeis não foram auditadas ou revisadas por auditores independentes. Não temos conhecimento de que membros da administração tenham deixado de cumprir todas as leis, normas e regulamentos a que a empresa está sujeita. Também não temos conhecimento de que houve, durante o exercício, operações e/ou

transações que possam ser reconhecidas como irregulares ou ilegais e/ou que não tenham sido realizadas no melhor interesse da empresa.

## Comparativo Resumido Financeiro 2025-2024

Indicador	2025	2024
Ativo total	51.884.310,09	111.720.884,51
Caixa e equivalentes	36.842.928,57	75.361.201,14
Receita líquida	563.766.607,35	48.148.189,48
Lucro líquido	529.439.799,70	44.718.392,50

O exercício de 2025 foi impactado por vendas de imóveis de montante relevante, reconhecidas em receita e custo de bens imóveis, e por distribuição substancial de lucros, refletida na DMPL e na DFC neste relatório.

São Paulo, 30 de abril de 2026

A Diretoria

## Balanço Patrimonial 2025-2024 (Valores em reais (R\$))

Conta	N.E.	2025	2024
<b>Ativo</b>		<b>51.884.310,09</b>	<b>111.720.884,51</b>
<b>Circulante</b>		<b>51.427.494,05</b>	<b>111.298.135,41</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	36.842.928,57	75.361.201,14
Clientes	2	1.000.218,05	4.522.770,92
Estoques	3	13.246.030,32	31.074.094,05
Impostos a Recuperar	4	-	1.388,23
Créditos Diversos		338.317,11	338.681,07
<b>Não Circulante</b>		<b>456.816,04</b>	<b>422.749,10</b>
Realizável a Longo Prazo		90.566,73	62.220,77
Imobilizado	5	363.110,60	357.389,62
Imobilizado - Custo		533.320,25	527.599,27
(-) Depreciação e Amortização Imobiliz.		(170.209,65)	(170.209,65)
Intangível		3.138,71	3.138,71
Intangível - Custo		3.138,71	3.138,71
<b>Passivo</b>		<b>51.884.310,09</b>	<b>111.720.884,51</b>
<b>Circulante</b>		<b>1.053.139,94</b>	<b>8.249.707,53</b>
Fornecedores	6	21.752,59	81.936,13
Impostos, Taxas e Contribuições	7	1.016.387,35	1.554.198,57
Lucros ou Dividendos Propostos		3.120.000,00	3.493.572,83
Outras Obrigações	8	15.000,00	40.000.000,00
Patrimônio Líquido	9	50.831.170,15	103.471.176,98
Capital Social		40.000.000,00	40.000.000,00
Reservas de Capital		78.986,39	78.986,39
Reservas de Lucros		8.000.000,00	8.000.000,00
Lucros/Prejuízos Acumulados		2.752.183,76	55.392.190,59

## Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto

Linha	2025
Resultado líquido do exercício	529.439.799,70
Ajustes de exercícios anteriores reconhecidos no PL	(603.482,05)
Varição de ativos operacionais	21.324.242,20
Varição de passivos operacionais	(2.490.359,73)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	547.670.200,12
Aquisição líquida de imobilizado/intangível	(5.720,98)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(5.720,98)
Dividendos/lucros distribuídos, pagos ou creditados	(581.476.324,48)
Redução de dividendos/lucros a pagar de exercícios anteriores	(3.120.000,00)
Liquidação/redução de contas correntes e obrigações financeiras	(1.586.207,86)
Ajuste residual de conciliação por saldos analíticos	(219,37)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(586.182.751,71)
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes	(38.518.272,57)
Caixa e equivalentes no início do exercício	75.361.201,14
Caixa e equivalentes no final do exercício	36.842.928,57
Varição conciliada do caixa	(38.518.272,57)

A DFC foi elaborada e conciliada ao saldo de caixa e equivalentes de caixa no início e no final do exercício, conforme Balanço Patrimonial.

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Valores em reais (R\$))

Movimentação	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Lucros Acumulados	Total PL
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>40.000.000,00</b>	<b>78.986,39</b>	<b>8.000.000,00</b>	<b>55.392.190,59</b>	<b>103.471.176,98</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	529.439.799,70	529.439.799,70
Ajustes credores de períodos anteriores	-	-	-	126,00	126,00
Ajustes devedores de períodos anteriores	-	-	-	(603.608,05)	(603.608,05)
Dividendos/lucros distribuídos, pagos ou creditados	-	-	-	(581.476.324,48)	(581.476.324,48)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>40.000.000,00</b>	<b>78.986,39</b>	<b>8.000.000,00</b>	<b>2.752.183,76</b>	<b>50.831.170,15</b>

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2025 (Valores em reais (R\$))

**Informações gerais** - A empresa Tutelar Empreendimentos S/A ("Sociedade") é uma sociedade anônima de capital fechado e tem como objeto social locação e comercialização de imóveis próprios com a gestão de seu corpo administrativo. Desde 2023, a Administração vem conduzindo processo de revisão estratégica de seu portfólio imobiliário, considerando, entre outros fatores, a conjuntura do mercado imobiliário, a liquidez dos ativos, a concentração patrimonial em determinados imóveis e a conveniência de diversificação dos investimentos e das atividades da Companhia. Como resultado dessa revisão, determinados imóveis passaram a ser administrados com foco prioritário em comercialização, dentro de uma estratégia de gestão ativa do portfólio e de realocação gradual de capital. Durante o exercício de 2025, a Companhia intensificou os esforços de comercialização de parte de seu portfólio, por meio de avaliações de mercado, negociações com potenciais interessados, atuação de intermediários especializados e análise de alternativas de venda individual ou em conjunto de determinados ativos. Como consequência, foram concluídas alienações de imóveis classificados em estoque, em linha com a estratégia aprovada pela Administração. As baixas registradas no exercício referem-se aos imóveis cuja alienação foi concluída ou cujas condições para reconhecimento contábil da venda foram atendidas até a data-base das demonstrações financeiras. A Administração continuará avaliando, de forma recorrente, a melhor destinação econômica dos imóveis remanescentes, considerando as condições de mercado, o potencial de venda, a manutenção de receitas de locação, a vocação de determinados ativos para desenvolvimento imobiliário e as oportunidades de diversificação dos negócios da Companhia. **Resumo das principais políticas contábeis** - As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir: **Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e conforme práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **a) Balanço Patrimonial:** Apresentado e elaborado de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis às Sociedades Anônimas. Em decorrência da obrigatoriedade das convergências às Normas Internacionais de Contabilidade, instituídas pela Lei nº 11.638/2017 com as respectivas modificações introduzidas pela MP 449 de 03/12/2008 convertida em Lei 11.941/2009. **b) Demonstração do Resultado do Exercício:** Estruturada em conformidade com as disposições contidas na Lei nº 11.638/07 e Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis às Sociedades Anônimas com as respectivas modificações introduzidas pela MP 449 de 03/12/2008 convertida em Lei 11.941/2009. O resultado das operações do período contábil denomina-se lucros ou prejuízos. **c) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e do Fluxo de Caixa:** Estruturadas em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis às Sociedades Anônimas em decorrência da obrigatoriedade da convergência às Normas Internacionais de contabilidade instituída pela Lei nº 11.638/2007 com as respectivas modificações introduzidas pela MP 449 de 03/12/2008 convertida em Lei nº 11.941/2009. **Conversão de moeda estrangeira:** **a) Moeda Funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando moedas do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua. A moeda funcional da empresa é o Real (R\$). **1. Caixa e equivalentes de caixa:** Compreende bancos, contas, movimento e aplicações financeiras de liquidez imediata. **Conta analítica**

substancialmente vinculados a locações e contratos relacionados aos imóveis da Sociedade.

**Conta analítica**

Clientes Nacionais

**3. Estoques de imóveis:** Compreende imóveis destinados a venda. A redução significativa em 2025 decorre do reconhecimento de custos dos imóveis/terrenos vendidos na DRE.

**Conta analítica**

Estoque de imóveis destinados a venda

**4. Impostos a recuperar, créditos diversos e realizável a longo prazo:** Consiste em créditos de impostos não compensados ou pagamentos a maior não reconhecidos no resultado do exercício no ano corrente de 2024

**Conta analítica**

Impostos a recuperar (Inss a recuperar)

**5. Imobilizado e Intangível:** Os bens contabilizados como sendo imobilizado são mensurados pelo seu valor de custo, sendo depreciados e amortizados pelo método linear. As taxas anuais utilizadas para cálculo de depreciação encontram-se nos parâmetros previstos pelo tempo de vida útil dos bens conforme legislação vigente.

**Conta analítica**

Móveis e Utensílios

(-) Deprec. Móveis e Utensílios

Instalações

(-) Deprec. Instalações

Equipamentos de Informática

(-) Deprec. Equipamentos de Informática

Direitos de Uso de Software

(-) Deprec. Direitos de Uso de Software

Máquinas e Equipamentos

Marcas

**Total**

**6. Impostos, taxas e contribuições a recolher:** Os impostos e taxas a recolher, são provisionados com base no faturamento, compensações retidas, sobre retenções de notas fiscais de prestações de serviços e parcelamentos de tributos, impostos e taxas abaixo demonstradas com saldos de PIS, COFINS, IRPJ, CSLL, INSS, retenções e demais tributos a recolher de acordo com os balancetes.

**Conta analítica**

IRPJ a Recolher

CSLL a Recolher

COFINS a Recolher

PIS a Recolher

INSS a Recolher

Contribuições Retidas a Recolher - 5952

Fgts a Recolher

IR Fonte a Recolher - 1708

IR Fonte a Recolher - 0561

Contribuição Assistencial a Recolher

**Total**

## Demonstração do Resultado (Valores em reais (R\$))

Conta	N.E.	2025	2024
<b>Resultado C/vendas Bens Móveis/imóveis</b>	<b>10</b>	<b>545.938.543,62</b>	<b>48.148.189,48</b>
Receita Líquida de Bens Móveis/imóveis		563.766.607,35	48.148.189,48
Receita Bruta de Bens Móveis/imóveis		585.127.410,46	50.182.556,03
Vendas de Imóveis		556.477.693,56	-
Receita de Aluguel de Imóveis		28.649.716,90	50.182.556,03
Deduções da Receita Bruta		(21.360.803,11)	(2.034.366,55)
PIS		(3.803.978,63)	(324.887,18)
COFINS		(17.556.824,48)	(1.499.479,37)
Vendas Canceladas		-	210.000,00
<b>Custos dos Bens Móveis/imóveis</b>	<b>10</b>	<b>(17.828.063,73)</b>	<b>-</b>
Custo dos Imóveis Vendidos		(7.562.443,08)	-
Custo dos Terrenos Vendidos		(10.265.620,65)	-
Resultado Bruto		545.938.543,62	48.148.189,48
<b>Despesas/receitas Operacionais</b>	<b>11</b>	<b>7.523.243,20</b>	<b>4.246.069,20</b>
Despesas com Vendas		-	7.830,00
Despesas/receitas Gerais e Administrat.		7.523.243,20	4.253.899,20
Despesas com Pessoal		(192.925,78)	(275.022,39)
Despesas Gerais e Administrativas		(2.897.998,91)	(1.460.364,71)
Despesas Tributárias		(51.132,79)	(227.194,73)
Demais Despesas/receitas Operacionais		4.524,03	247.547,09
Recuperação de Despesas - Outras		200,00	247.547,09
Rendas Diversas		4.324,03	-
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>12</b>	<b>10.660.776,65</b>	<b>5.968.933,94</b>
Receitas Financeiras		11.093.420,51	6.662.183,89
Descontos Obtidos		0,02	7.490,98
Rendimentos de Aplicações Financ.		1.851.617,51	449.059,14
Renda Fixa		9.241.802,98	6.205.633,77
Despesas Financeiras	12	(432.643,86)	(693.249,95)
Juros Passivos		(409.167,41)	-
Perdas Aplicações Financ.renda Variável		(23.476,45)	(693.249,95)
Provisões do Período IRPJ e Contribuição Social	13	(24.021.987,12)	(7.675.866,18)
<b>Resultado Líquido</b>		<b>529.439.799,70</b>	<b>44.718.392,50</b>

**7. Outras obrigações:** Consiste em adiantamentos de clientes e outras contas a pagar com terceiros.

**Conta analítica**

Adiantamento de Clientes no País

Outras Contas a Pagar

Outras Contas Correntes

Provisões de Férias e Encargos

**Total**

**8. Patrimônio líquido e DMPL:** Consiste no capital social da empresa de R\$ 40.000.000,00, reservas de capital de R\$ 78.986,39, reserva legal de R\$ 8.000.000,00 e lucros acumulados de R\$ 2.752.183,76 em 2025.

**Movimentação**

Saldos em 31 de dezembro de 2024

Lucro líquido do exercício

Ajustes credores de períodos anteriores

Ajustes devedores de períodos anteriores

Dividendos/lucros distribuídos, pagos ou creditados

Saldos em 31 de dezembro de 2025

**9. Receita e custos de bens móveis/imóveis:** Consiste com relevância no ano de 2025 a receita bruta com a inclusão de vendas de imóveis e receita de aluguel de imóveis. As deduções compreendem PIS e COFINS sobre a receita de venda e locações de imóveis.

**Conta**

Receita Bruta de Bens Móveis/imóveis

Vendas de Imóveis

Receita de Aluguel de Imóveis

Deduções da Receita Bruta

Custos dos Bens Móveis/imóveis

**Resultado Bruto**

**10. Despesas e receitas operacionais:** Consiste em despesas com pessoal, gerais e administrativas, tributárias e demais receitas/despesas operacionais.

**Conta**

Despesas com Pessoal

Despesas Gerais e Administrativas

Despesas Tributárias

Demais Despesas/receitas Operacionais

**11. Resultado financeiro:** Composto por receitas financeiras, juros ativos, rendimentos de aplicações financeiras e despesas financeiras/perdas em aplicações.

**Conta**

Resultado Financeiro Líquido

Receitas Financeiras

Despesas Financeiras

**12. IRPJ e CSLL:** Provisões de IRPJ e CSLL registradas conforme apuração contábil/fiscal do exercício.

**Conta**

Provisão Contribuição Social

Provisão Imposto de Renda

**13. Base de preparação, responsabilidades e eventos subsequentes:** Demonstrações preparadas a partir dos saldos analíticos dos balanços de 2024 e 2025 sendo inclusive publicados na "Central de Balanços no "sped contábil" programa regulatório da Receita Federal do Brasil. Para o próximo ano não foram levantados eventos subsequentes de grande relevância. **Considerações finais:** Esta peça foi estruturada para fins de auditoria e publicação, preservando a rastreabilidade entre as demonstrações e os saldos analíticos.

**José Roberto Fernandes** - Gerente Contábil

**Francisco José de Almeida Fernandes** - Diretor

CPF 103.616.078-57

## Ibovespa recupera patamar de 170 mil pontos; dólar cai a R\$ 5,14

O Ibovespa fechou em alta de mais de 1% nesta segunda-feira, 22, recuperando o patamar dos 170 mil pontos, enquanto o dólar caiu em baixa ante o real, em sessão que contou com duas operações cambiais simultâneas do Banco Central.

Índice de referência do mercado acionário Brasil, o Ibovespa subiu 1,21%, a 170.370,38 pontos, com bancos entre os principais suportes, após marcar 170.749,76 pontos na máxima e 168.326,26 pontos na mínima do dia.

Entre os destaques do dia, as ações da Azzas 2154 saltaram mais de 10% após a companhia confirmar que avalia alternativa para a marca Farm, com o objetivo de destravar valor dessa marca. "Por anos, a Farm Rio tem sido ao mesmo tempo um dos maiores pontos fortes e um enigma de valuation dentro do Grupo Soma e, posteriormente, da Azzas. A marca apresentou consistentemente crescimento superior, maior rentabilidade e maior relevância internacional do que a maioria dos ativos do portfólio", afirmou o BTG, em relatório a clientes.

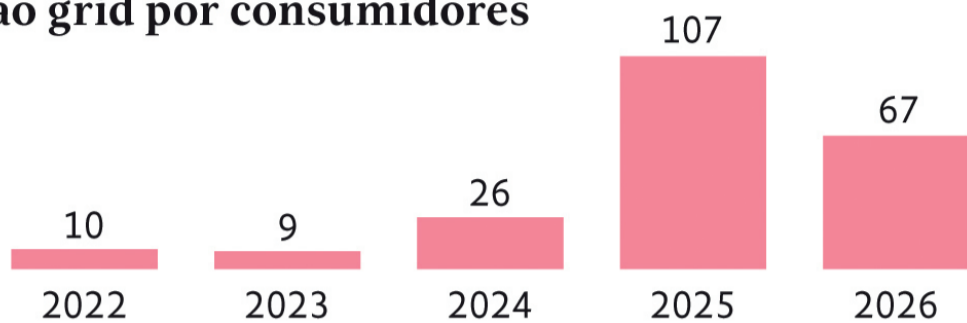
A bolsa paulista descolou de Wall Street, que teve um fechamento mais fraco, pressionado pelo setor de tecnologia. O índice Nasdaq caiu 1,33% e o S&P 500 recuou 0,37%, enquanto o Dow Jones subiu 0,29%.

O dólar à vista fechou o dia com queda de 0,45%, aos R\$ 5,1413. No ano, a moeda passou a acumular baixa de 6,33% ante o real.



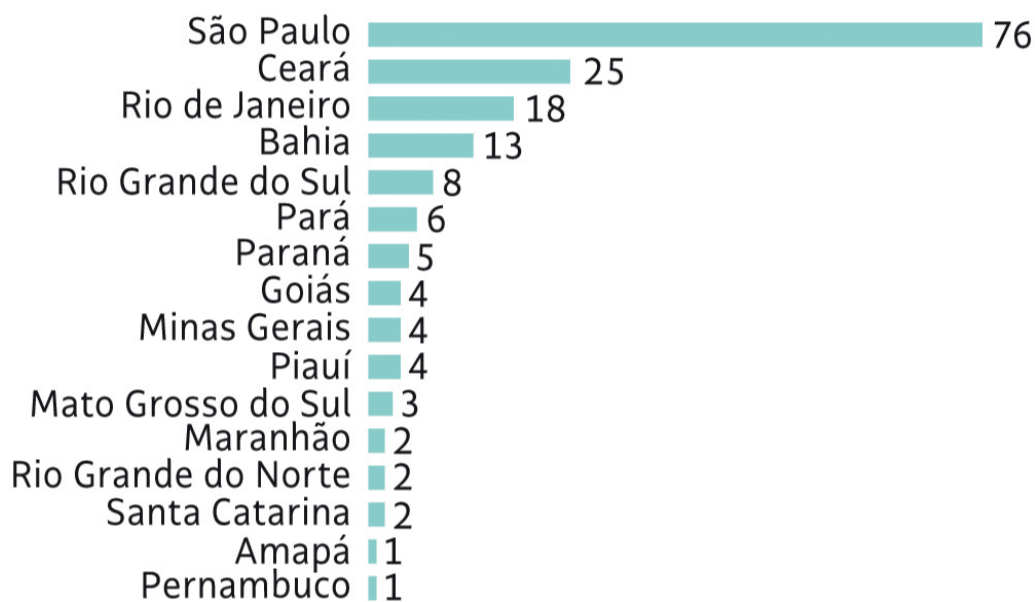
# GRÁFICOS INFORMATIVOS

## Número de pedidos de conexão ao grid por consumidores



## Pedidos de conexão por estado

Solicitações de 2025 e 2026



## Estados com pedidos negados

Solicitações de 2025 e 2026

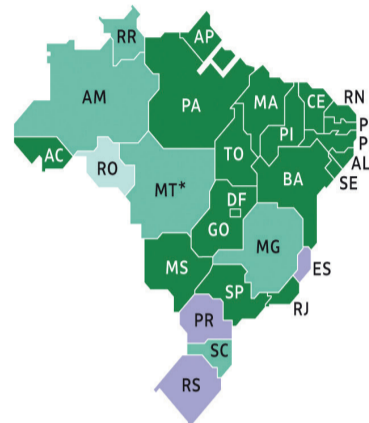


Fonte: ONS

## Estados fazem suas próprias reservas para emendas

### Reserva fixa para emendas nos orçamentos estaduais

- Sim (emendas individuais)
- Sim (emendas individuais e de bancada)
- Sim (emendas individuais, de bancada e de comissão)
- Não há reserva fixa, mas destinam recursos para emendas



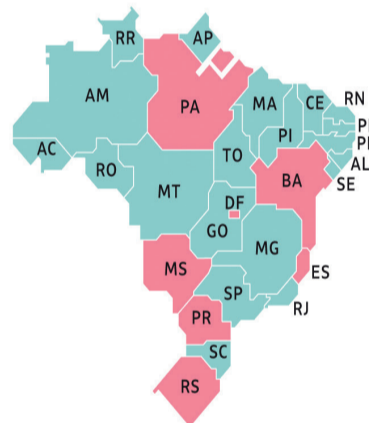
### Valores em 2026

Em R\$ milhões

Estado	Valor (R\$ milhões)
AC	118,5
AL	281,2
AM	640,1
AP	91,3
BA	640,5
CE	174,7
DF	827,8
ES	275,5
GO	567,9
MA	591,7
MG	2.539,20
MS	96
MT	658,6
PA	286,3
PB	182,4
PE	394,3
PI	229,7
PR	430,7
RJ	221,8
RN	147
RO	497,5
RR	858,9
RS	220
SC	913,1
SE	169
SP	1.236,10
TO	273,3

### Permissão para 'emenda Pix'

- Sim
- Não permite/informação não foi localizada



Estado	Valor (R\$ milhões)
AC	4,9
AL	10,4
AM	26,7
AP	3,8
BA	10,2
CE	1,6
DF	34,5
ES	9,2
GO	13,9
MA	14,1
MG	33
MS	4
MT	27,4
PA	7
PB	5,1
PE	8
PI	7,7
PR	8
RJ	3,2
RN	6,1
RO	20,7
RR	35,8
RS	4
SC	22,8
SE	7
SP	13,2
TO	11,4

## R\$ 13,5 bilhões

é o valor total dos orçamentos estaduais destinado a emendas parlamentares

## Capitais que possuem reserva obrigatória para emendas em seus orçamentos

### Capitais seguem modelo federal e estadual e também destinam emendas a vereadores

- Emendas individuais
- Emendas individuais e de bancada
- Não possuem reserva obrigatória, mas destinam recursos para emendas
- Informação não localizada



## R\$ 1,98 bilhão

dos orçamentos das capitais é destinado a emendas parlamentares

\*Emendas de bancada suspensas judicialmente, mas execução mostra existência de emendas coletivas de lideranças partidárias  
 \*\*Não significa que cada deputado indicou este valor, mas sim o quanto representaria o montante total de emendas dividido pelo número de parlamentares

Fontes: Constituições estaduais, leis de diretrizes orçamentárias, leis orçamentárias anuais e portais da transparência



**DATA MERCANTIL**

SEMPRE DIVULGANDO SUAS INFORMAÇÕES E NÚMEROS COM TRANSPARÊNCIA, SEGURANÇA E QUALIDADE.

FALE CONOSCO POR E-MAIL  
 comercial@datamercantil.com.br

datamercantil.com.br



## NEGÓCIOS

### Anfavea ameaça ir à Justiça se governo renovar benefício que favorece BYD



**A** Anfavea (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores) ameaça recorrer à Justiça caso o governo federal decida renovar benefícios para a importação de veículos eletrificados pré-montados, uma medida que, na avaliação da entidade, favorece principalmente a chinesa BYD, rompendo um cronograma acordado com o setor há dois anos. A declaração foi dada pelo presidente da entidade, Igor Calvet, nesta segunda-feira (22), véspera da reunião do Gecex (Comitê-Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior) que deverá analisar a possibilidade de reabrir cotas para importação com imposto reduzido ou zerado para kits de peças pré-montados de carros ou veículos

100% importados.

"Se for possível, nós vamos judicializar. Não tenho dúvidas", afirmou Calvet, em conversa com jornalistas, na sede da Anfavea, em Brasília. "Nesse rito, sem publicação, sem contraditório, me soa muito estranho."

A disputa em torno dos veículos eletrificados se intensificou nas últimas semanas. Como mostrou a Folha, a BYD ampliou as articulações junto ao governo para tentar reverter o fim dos benefícios para importação de kits de montagem e manter vantagens tributárias para seus veículos.

O movimento abriu uma nova frente de conflito com as demais montadoras instaladas no país, que acusam a empresa de tentar mudar as regras acertadas em 2023.

Naquele ano, o governo

decidiu restabelecer gradualmente o Imposto de Importação dos veículos eletrificados, que estava zerado desde 2015. Foi criada uma espécie de escada do tributo, com aumento progressivo das alíquotas até a volta dos 35%, prevista para julho deste ano nos veículos importados prontos.

Além disso, o governo concedeu uma cota de cerca de US\$ 463 milhões para importações com imposto zero, benefício que expirou no início deste ano. Segundo Calvet, a indústria aceitou a solução negociada em 2023 e estruturou seus investimentos com base nesse calendário. Agora, a uma semana da entrada em vigor da tarifa cheia, uma eventual mudança de rumo representaria uma quebra do acordo. Folhapress

### BNDES investirá R\$ 340 mi para reduzir custo de bicicletas elétricas a entregadores

**O** BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) anunciou nesta segunda-feira (22) uma parceria com a Tembici para reduzir o valor do aluguel das bicicletas elétricas a trabalhadores que atuam em entregas. O financiamento do banco será de R\$ 340 milhões, via Fundo Clima.

Segundo o BNDES, o valor servirá para a empresa adquirir 85 mil bicicletas elétricas alugadas a entregadores de plataforma digitais com custo 25% menor do que o atual.

A estimativa é que o valor do aluguel semanal, hoje em cerca de R\$ 95,00 com o subsídio do iFood, fique em R\$ 70, aproximadamente, também com a ajuda de custo da empresa. Atualmente, o iFood subsidia quase metade do aluguel semanal dos veículos.

A parceria da Tembici com o BNDES prevê ampliar o subsídio com 25% nos 12 primeiros meses para os entregadores que adotarem o

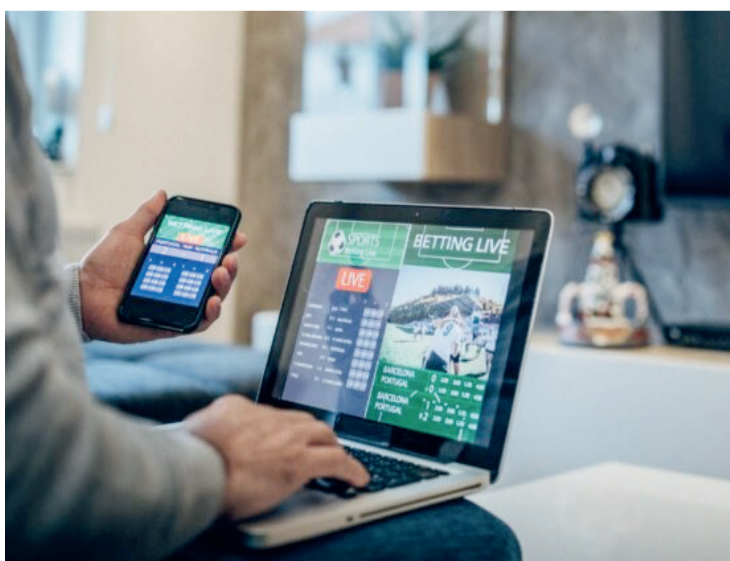
uso de bicicleta elétrica nas entregas. A partir do segundo ano de uso, o subsídio será de 10% - o aluguel semanal passaria de cerca de R\$ 70 para R\$ 85,50.

Das 85 mil bicicletas elétricas, 42,5 mil serão adquiridas até o final de 2027 e outras 42,5 mil serão destinadas à reposição da frota até 2031. Atualmente, 5 mil veículos estão disponíveis para locação por entregadores no país.

O anúncio foi realizado no Rio de Janeiro pelo presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, durante cerimônia de aniversário de 74 anos do banco, com a participação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

A Tembici hoje atua em capitais brasileiras como Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Brasília, Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre. O serviço de bicicleta compartilhada oferecido pela empresa também está em Santiago, no Chile, Buenos Aires, na Argentina, e Bogotá, na Colômbia. Folhapress

### Decreto fecha lacuna que permitia atuação de bets ilegais, diz regulador de apostas



**O** decreto assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na última sexta-feira (19) com o objetivo de garantir a asfixia financeira a bets clandestinas fecha lacuna sobre quem deveria supervisionar as plataformas, afirma Fabio Macorin, secretário-adjunto de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda.

Macorin é o número dois da Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA), que responde pela regulação do setor no país. Ele ressalta que antes não havia certeza sobre a fiscalização, apesar da lei das bets proibir que instituições financeiras recebessem dinheiro de apostas ilegais. "Não se sabia se era responsabilidade nossa ou do Banco Central fiscalizar quem recebia dinheiro

das bets ilegais", diz à Folha de S.Paulo.

"A Fazenda decidiu que a Secretaria de Prêmios e Apostas tem que definir o que é o mercado ilegal, o que pode ser feito e como pode ser feito", assinala o secretário-adjunto sobre o decreto assinado por Lula.

O governo considera clandestinos os sites de apostas que não passaram pelo processo de licenciamento da Fazenda. Essas empresas não aderem a regras de boa conduta na publicidade, por exemplo, e atuam sem pagar uma taxa de R\$ 30 milhões ao governo ou recolher impostos. Tampouco respeitam o sistema de autoexclusão, que já impede o acesso de 700 mil pessoas inscritas às bets regulares. O decreto define que as bets ilegais devem

pagar impostos retroativos pela atividade e que toda a receita deve ser repassada ao Fundo Nacional de Segurança Pública, ligado ao Ministério da Justiça. Macorin aponta que a medida formaliza o mecanismo de colaboração entre SPA, Banco Central, Receita Federal e Ministério da Justiça para o congelamento de ativos das empresas e o repasse dos recursos para a União.

A fiscalização começará no laboratório virtual, uma ação coordenada entre SPA e Anatel a fim de identificar e bloquear sites clandestinos. No dia da assinatura do decreto, o ministro da Fazenda, Dario Durigan, anunciou que mais de 50 mil plataformas, pertencentes a cerca de 300 empresas, haviam sido derrubados. Folhapress